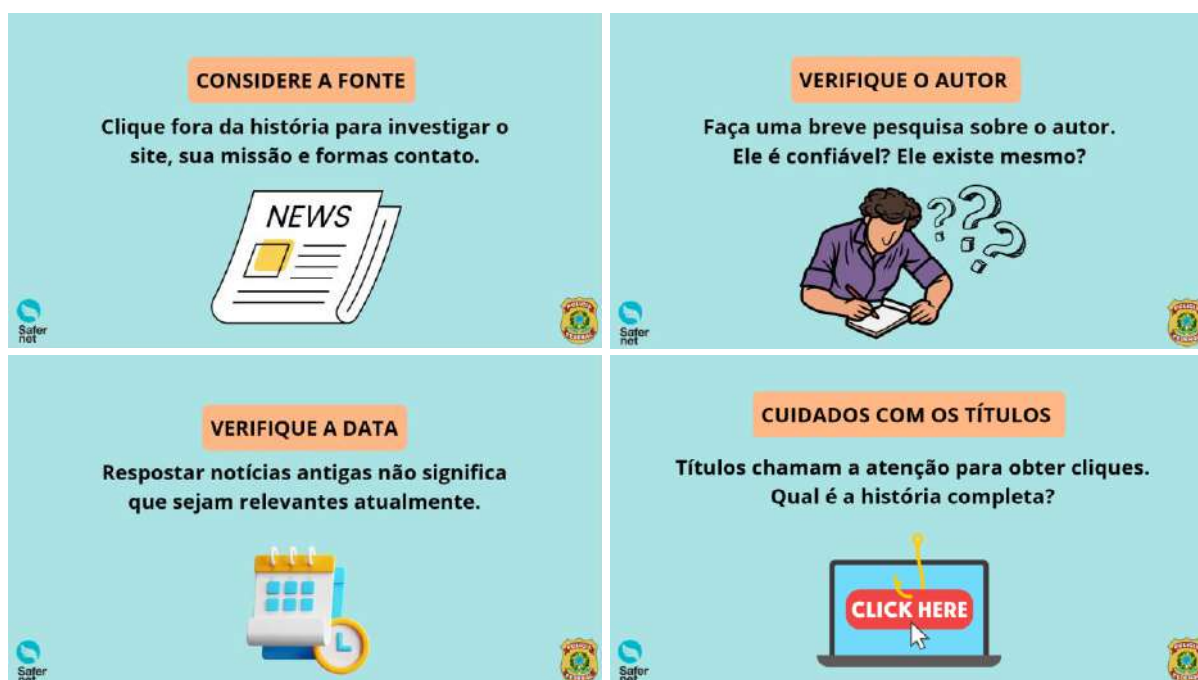


Figura 24 - Slides retirados do módulo destinado a adolescentes (Parte 4), nos quais são apresentadas ações que visam a identificar notícias falsas



Fonte: Programa Guardiões da Infância, Polícia Federal e Safernet, 2024

Sabe-se que várias empresas, portais de notícias e ONGs do mundo todo estão tentando criar novas ferramentas e soluções para ajudar os usuários a checarem informações (Galhardi *et al.*, 2020). Sendo assim, aos estudantes são apresentados domínios eletrônicos e agências de checagem de fatos, para que possam lhes recorrer quando da necessidade de verificar se uma notícia é verdadeira ou não. Por fim, o fechamento é feito por meio de um vídeo educativo, elaborado pela *Google For Education*, que tem por objetivo ensinar a como pesquisar de forma inteligente na *internet*, a fim de que o usuário consiga identificar elementos que corroborem para a veracidade de uma informação.

4.3.5 Parte 5 – Relações seguras em ambientes *on-line*

No último módulo destinado aos adolescentes, busca-se provocá-los a reconhecerem os riscos e perigos intrínsecos a relacionamentos virtuais, em especial nas situações que envolvem violências de cunho sexual que ocorrem na *internet*. Nesse processo, os estudantes são convidados a observarem seus comportamentos e experiências, na perspectiva de identificarem situações em que possam atuar como

vítimas, testemunhas ou como causadores de situações envolvendo violência sexual, sextorsão ou assédio. Por fim, a eles são apresentados canais de ajuda e de denúncia de situações envolvendo a exploração e o abuso sexual infantojuvenil, principalmente aquele que ocorre em ambientes virtuais, reforçando que tais comportamentos são passíveis de punições severas.

Percebe-se que, na construção metodológica do módulo destinado aos adolescentes, tratou-se precisamente sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes que ocorre em ambientes virtuais, ponto central desse trabalho, na parte final. Isso porque, conforme Whittle *et al.* (2013), as abordagens preventivas devem englobar não apenas a segurança digital, mas também aspectos gerais de saúde, abrangendo questões de desenvolvimento socioemocional, identidade, autoestima, tomada de decisões autônomas e racionais, comunicação assertiva, crescimento pessoal e social, cidadania ativa e digital, além de relacionamentos interpessoais fundamentados no respeito.

Logo, perpassa-se todo um caminho até que seja possível adentrar à temática, considerando, além dessa lógica causal, a sensibilidade e dinâmicas que lhe dizem respeito. À vista disso, uma vez já robustecidos de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas à cibersegurança, aos participantes são apresentados os principais riscos existentes em relacionamentos sociais *on-line*.

Neste módulo, faz-se o uso de diversos recursos visuais, como vídeos, imagens, figuras e diagramas, a fim de tornar a comunicação mais fluida, bem como facilitar o processo de absorção dos conhecimentos transmitidos. Além disso, busca-se promover rodas de conversas, a fim de os participantes possam partilhar experiências e percepções (Wurtele; Kenny, 2016). A Figura 25 exprime essa ideia, visto que busca explicar como se dá o fenômeno do *grooming* (Broome; Izura; Davies, 2020; Gámez-Guadix *et al.*, 2018; Kloess; Hamilton-Giachritsis; Beech, 2017; Kopecký; Szotkowski, 2017; Lourenço, 2021; Santisteban *et al.*, 2018; Williams *et al.*, 2013; Whittle *et al.*, 2014).

Figura 25 - Slides retirados do módulo destinado a adolescentes (Parte 5), nos quais busca-se explicar o que é *grooming*, como e onde ele acontece



Fonte: Programa Guardiões da Infância, Polícia Federal e Safernet, 2024

Após as explanações, almeja-se que os alunos estejam atentos e desconfiem de: pedidos de amizade acompanhados de muitos elogios; indivíduos que solicitam informações pessoais ou imagens íntimas em curto espaço de tempo; promessas de prêmios, dinheiro e oportunidades; e desafios e “brincadeiras” que envolvam atos íntimos. Diante de algum contato inapropriado, espera-se que o adolescente (1) não responda; (2) bloqueie o usuário; (3) reporte à plataforma; e (4) peça ajuda a um adulto ou alguém de sua confiança (Wurtele, 2008).

Na sequência, passa-se a tratar sobre outra forma de violência sexual bastante frequente em ambientes digitais: a sextorsão (extorsão envolvendo o compartilhamento de conteúdos íntimos). Sob essa ótica, os participantes são questionados se o uso das redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas

contribui para a divulgação de vídeos e imagens íntimas, a fim de que, a partir das respostas, sejam propostas reflexões sobre como não se tornar vítima desse tipo de crime e, além disso, como agir diante de casos envolvendo terceiros. A Figura 26 expõe parte dessa proposta.

Figura 26 - *Slide* retirado do módulo destinado a adolescentes (Parte 5), no qual se busca demonstrar como agir diante de casos envolvendo a divulgação não autorizada de imagens íntimas de terceiros

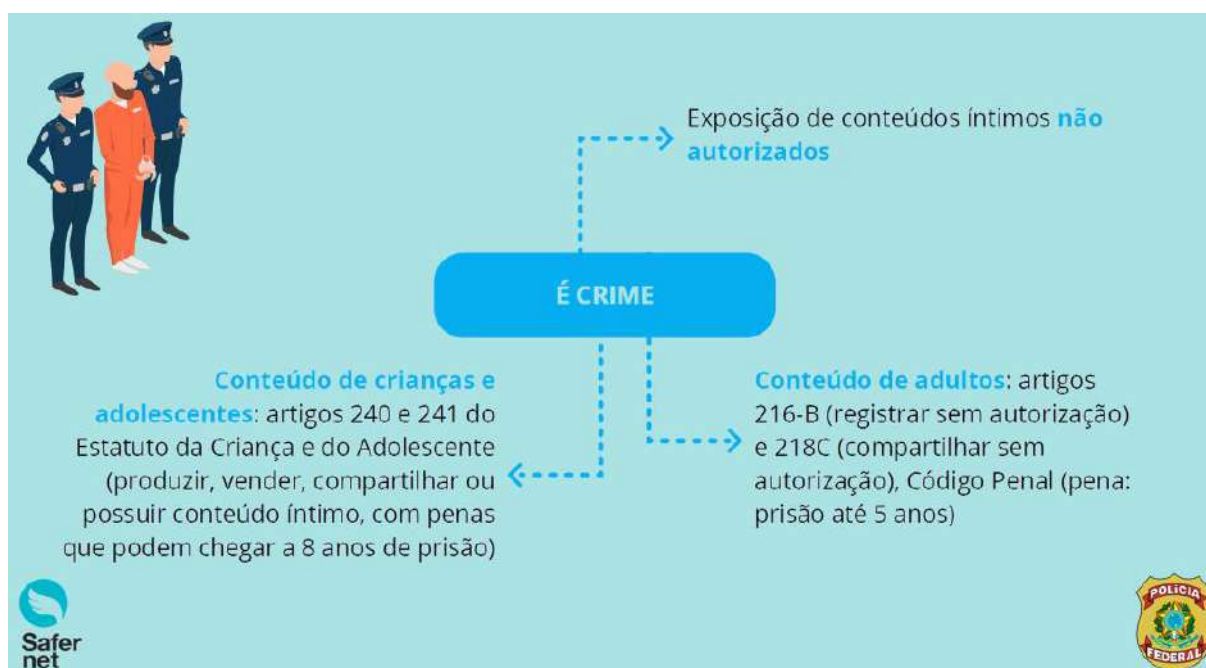


Fonte: Programa Guardiões da Infância, Polícia Federal e Safernet, 2024

Logo, diante de situações envolvendo o “vazamento” de conteúdos íntimos sem consentimento, espera-se que os participantes (com o auxílio de um adulto responsável) (1) registrem o máximo possível de informações sobre as páginas e as mensagens em que as ameaças foram feitas ou o conteúdo foi compartilhado, como URLs, *prints* das telas, e-mails e conversas; (2) procurem o órgão policial para registrar o crime; (3) denunciem o conteúdo na plataforma em que ele foi postado, solicitando sua remoção; (4) busquem o apoio de amigos, familiares ou profissionais específicos, como psicólogos; e (5), principalmente, não se culpem, uma vez que a culpa deve ser atribuída a quem compartilhou o conteúdo sem autorização. Corroborando com o exposto, são apresentados canais de ajuda e denúncia de crimes, como o *Helpline*, da Safernet, e o Comunica PF, da Polícia Federal.

Posteriormente, são reforçadas algumas orientações que visam à construção de relações positivas na *internet*. Aliado a isso, enfatiza-se a necessidade de discutir aspectos relacionados à sexualidade em ambientes seguros, seja com os pais, na escola ou com pessoas de confiança, em vez de promover uma exposição indevida nas redes (Banfield; McGorm; Sargent, 2015; Martin; Silverstone, 2016). Por sua vez, estimula-se a criação de relacionamentos e hábitos saudáveis fora do ambiente digital. Ao final, ressaltam-se os tipos penais intrínsecos ao tema, a fim de que os participantes tenham ciência de que as condutas são passíveis de punições reais, conforme ilustrado na Figura 27 (Brasil, 1940; Brasil, 1990).

Figura 27 - *Slide* retirado do módulo destinado a adolescentes (Parte 5), no qual são apresentados alguns tipos penais relacionados à prática de abuso sexual infantojuvenil em ambientes virtuais



Fonte: Programa Guardiões da Infância, Polícia Federal e Safernet, 2024

À vista de todo o exposto, acredita-se que, ao final dos módulos propostos, as crianças e os adolescentes percebam: que são usuários e criadores de conteúdos em redes sociais e de outros recursos ofertados na *internet*, e que o comportamento nesses ambientes, como a falta de respeito e empatia, impacta negativamente tanto na saúde física como na emocional; que existem riscos relacionados à privacidade e proteção de dados pessoais, razão pela qual deve-se buscar formas de proteger a si

e aos outros; que muitas notícias compartilhadas nas redes podem não ser verdadeiras, sendo necessário, portanto, adotar certas ações antes de compartilhar qualquer informação; e que existem diversas formas de violência sexual em ambientes *on-line*, o que demanda uma série de ações preventivas ou reativas, seja enquanto vítima ou testemunha, e que, havendo autoria ou participação, estará configurada a prática de crime(s), o que ensejará a devida punição.

Espera-se, ainda, que atuem como multiplicadores, isto é, que transmitam os conhecimentos, habilidade e atitudes adquiridos a outros alunos que ainda não tiveram a oportunidade de serem submetidos ao programa. Aliado a isso, almeja-se a construção de uma percepção subjetiva relativa à autorresponsabilidade, na medida em que, a partir da formação, o participante torne-se responsável por promover um ambiente *on-line* mais seguro, ético e positivo.

4.4 AVALIAÇÃO

Buscou-se verificar se a promoção do programa foi efetiva no que diz respeito ao desenvolvimento de competências relacionadas à prevenção ao abuso sexual infantojuvenil e ao uso seguro, responsável, ético e positivo da *internet*. Para a amostra composta por crianças e adolescentes, um questionário foi aplicado; já para pais e professores, foram feitas entrevistas.

4.4.1 Crianças e adolescentes

No momento prévio à aplicação do programa de prevenção, 20 participantes responderam ao instrumento de coleta de dados, enquanto que 16 no momento posterior. Essa diferença corresponde àqueles que não participaram da formação completa, ou seja, foram excluídos os alunos que faltaram em algum dia, considerando que o módulo para alunos, dividido em cinco partes, foi ministrado ao longo de uma semana.

Em cada parte do instrumento de coleta de dados, a partir de uma frase norteadora, os participantes responderam aos questionamentos propostos (Q_n). Para a organização dos dados obtidos, às respostas “Discordo totalmente”, “Discordo”, “Nem discordo nem concordo”, “Concordo” ou “Concordo totalmente” foram atribuídos os valores 1, 2, 3, 4 e 5, respectivamente. Ao final, as respostas de mesma categoria

foram somadas, tornando-se possível a realização do teste estatístico, a fim de testar as hipóteses:

- a) H0 (hipótese nula): não houve mudança de percepção após a promoção do programa;
- b) H1 (hipótese alternativa): o programa foi efetivo no que diz respeito ao desenvolvimento de competências em torno do fenômeno investigado.

A Tabela 1 ilustra os resultados da primeira parte do processo.

Tabela 1 - Percepções dos estudantes em relação à primeira parte do questionário

PARTE 1 - Frase norteadora: Alguns conhecimentos podem ser úteis para que nossa experiência on-line seja mais segura. Com base nos seus conhecimentos, diga se concorda ou não com os questionamentos abaixo.	RESPOSTAS										p-valor
	PRÉ					PÓS					
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	
QUESTIONAMENTOS	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	
(Q ₁) Sei verificar se uma informação encontrada na <i>internet</i> está correta.	0	1	4	9	6	0	0	0	3	13	0,016472
(Q ₂) Sei como reconhecer quando alguém está sofrendo <i>bullying</i> na <i>internet</i> .	0	1	2	9	8	0	0	0	3	13	0,077506
(Q ₃) Sei identificar discursos de ódio em ambientes <i>on-line</i> que afetam grupos específicos (ex: xenofobia, racismo, LGTBfobia, etc.).	0	0	1	5	14	0	0	0	4	12	0,660086
(Q ₄) Sei como reagir a discursos de ódio na <i>internet</i> de forma responsável.	0	4	9	4	3	0	0	0	5	11	0,00057
(Q ₅) Sei como denunciar um conteúdo ofensivo relacionado à criança ou ao adolescente.	1	3	2	9	5	0	0	0	4	12	0,032928
(Q ₆) Sei quais canais de ajuda podem ser procurados diante de uma situação de violência <i>on-line</i> .	2	6	5	3	4	0	0	1	2	13	0,00398
(Q ₇) Sei ajustar configurações de privacidade na <i>internet</i> , como, por exemplo, nas redes sociais.	0	1	2	5	12	0	0	0	3	13	0,371386
(Q ₈) Sei proteger meu celular ou o tablet, como, por exemplo, com um PIN, padrão de tela, impressão digital ou reconhecimento facial.	0	0	1	5	14	0	0	0	3	13	0,57515
(Q ₉) Sei ver quanto tempo gasto no celular e aplicativos, bem como conheço ferramentas para organizar minha rotina digital.	1	2	2	6	9	0	0	1	5	10	0,546125
(Q ₁₀) Sei o que são dados pessoais, dados sensíveis e rastros digitais.	2	0	3	7	8	0	0	0	5	11	0,147371
TOTAL	6	18	31	62	83	0	0	2	37	121	

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados

Percebe-se que, para os questionamentos de número 1, 4, 5 e 6, H1 foi aceita, enquanto que, nas outras ocasiões, rejeitada. Isso significa que, após a promoção do programa, os participantes desenvolveram competências em torno de: conseguir verificar se uma informação encontrada na *internet* está correta (competência desenvolvida na parte 4); saber reagir a discursos de ódio na *internet* de forma responsável (competência desenvolvida na parte 3); ter ciência de como denunciar conteúdos ofensivos relacionados à criança ou ao adolescente, e a quais canais de ajuda recorrer diante de situações envolvendo violências no ambiente *on-line* (competências desenvolvidas nas partes 3 e 5).

Todavia, observa-se que a promoção do programa influenciou nas respostas aos demais questionamentos, isso porque, quando considerada a totalidade, percebe-se que, no pós-programa, 98,75% dos respondentes disseram que “Concordam” ou “Concordam totalmente” com as assertivas apresentadas, enquanto que esse número era de 72,5% anteriormente à sua realização. Isso significa, portanto, um avanço de mais de 20% no que se refere ao desenvolvimento de competências relacionadas aos tópicos explorados no módulo a que se referem os questionamentos.

Por sua vez, na Tabela 2 constam os resultados da segunda parte do instrumento.

Tabela 2 - Percepções dos estudantes em relação à segunda parte do questionário

PARTE 2 - Frase norteadora: Algumas situações podem acontecer dentro do universo on-line. Com base nas suas habilidades, diga se concorda ou não com os questionamentos abaixo.	RESPOSTAS										p-valor
	PRÉ					PÓS					
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	
QUESTIONAMENTOS	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	
(Q ₁₁) Saberá agir corretamente se alguém postasse em redes sociais mensagens ofensivas sobre mim para outras pessoas verem.	1	2	5	6	6	0	0	0	3	12	0,033493
(Q ₁₂) Saberá agir corretamente se alguém me ameaçasse na <i>internet</i> .	0	1	7	6	6	0	0	0	4	11	0,025482
(Q ₁₃) Saberá como agir corretamente se alguém usasse minhas informações na <i>internet</i> sem a minha autorização ou para fazer coisas erradas.	2	3	6	6	3	0	0	0	3	12	0,001994
(Q ₁₄) Saberá agir corretamente se eu ou alguém que conheço sofresse ameaça de divulgação de conteúdos íntimos.	1	4	4	4	7	0	0	0	3	12	0,042113
TOTAL	4	10	22	22	22	0	0	0	13	47	

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados

Em relação à segunda parte, H1 foi aceita em todos os questionamentos, ou seja, a promoção do programa foi efetiva no que diz respeito ao desenvolvimento de competências relacionadas ao combate ao *cyberbullying*, às formas de violência que acontecem no ambiente *on-line* e à promoção de cibersegurança, tópicos desenvolvidos nas partes 2, 3 e 5 do módulo, e que foram objeto de investigação nos questionamentos de número 11, 12, 13 e 14. Quando se observa a totalidade de respostas, no momento prévio, 45% delas correspondiam às afirmações “Discordo totalmente”, “Discordo” ou “Nem concordo nem discordo”, enquanto que, posteriormente ao programa, esse percentual foi reduzido a 0%, passando a figurar como “Concordo” (21,6%) ou “Concordo totalmente” (79,3%).

Na sequência, apresenta-se a Tabela 3, referente à terceira parte do questionário.

Tabela 3 - Percepções dos estudantes em relação à terceira parte do questionário

PARTE 3 - Frase norteadora: Algumas atitudes são necessárias ao navegar pela internet. Com base nas suas atitudes, diga se concorda ou não com os questionamentos abaixo.	RESPOSTAS										p-valor
	PRÉ					PÓS					
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	
QUESTIONAMENTOS	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	
(Q ₁₅) Evito agir de forma ofensiva na <i>internet</i> .	0	3	4	5	8	0	0	0	4	11	0,07215
(Q ₁₆) Evito de postar algo em minhas redes sociais quando estou nervoso(a).	1	0	5	3	11	0	0	1	2	12	0,290614
(Q ₁₇) Evito passar muito tempo <i>on-line</i> .	3	4	8	3	2	0	0	5	3	7	0,041911
(Q ₁₈) Evito enviar dados pessoais para alguém que eu não conheço.	1	0	2	0	17	0	0	0	3	12	0,065208
TOTAL	5	7	19	11	38	0	0	6	12	42	

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados

Nota-se que, em relação aos questionamentos feitos, somente em Q₁₇ H1 foi aceita. Caso a margem de erro do teste fosse 10% em vez de 5%, a hipótese alternativa também seria válida para Q₁₅ e Q₁₈. Destaca-se que a assertiva na qual H0 foi rejeitada está diretamente associada às competências exploradas na parte 1 do módulo para alunos, ou seja, após a promoção do programa, os participantes desenvolveram competências em torno de evitar passar muito tempo *on-line*.

Todavia, no que se refere à totalidade de respostas, o percentual de participantes que responderam “Concordo” ou “Concordo totalmente” foi de 61,25%, no momento prévio, para 90%, após a capacitação, o que corresponde a uma variação positiva de quase 30%, o que indica uma melhora de competências relacionadas a evitar: agir de forma ofensiva na *internet* (Q₁₅); portar algo nas redes sociais diante de situações de raiva (Q₁₆); e enviar dados pessoais para pessoas desconhecidas (Q₁₈).

Por fim, a Tabela 4 reúne dos dados da última parte do questionário.

Tabela 4 - Percepções dos estudantes em relação à quarta parte do questionário

PARTE 4 - Frase norteadora: A internet oferece um ambiente de muitas oportunidades, mas também apresenta riscos e desafios. Com base na sua percepção, diga se concorda ou não com os questionamentos abaixo.	RESPOSTAS										p-valor
	PRÉ					PÓS					
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	
QUESTIONAMENTOS	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	
(Q ₁₉) Acredito que o uso da internet e das tecnologias digitais têm impacto social e cultural, e por isso é importante que a gente tome decisões conscientes e responsáveis sobre o que fazemos <i>on-line</i> .	0	0	1	5	14	0	0	0	4	11	0,66965
(Q ₂₀) Apesar de os ambientes <i>on-line</i> , por vezes, serem palco de manifestações de ódio e violência, acredito que a empatia, o diálogo e a colaboração são formas de mediar e resolver conflitos, combatendo preconceitos e valorizando a diversidade.	0	0	3	9	8	0	0	0	5	10	0,15473
(Q ₂₁) Penso que é importante que os jovens tenham uma participação ativa nas propostas para solucionar problemas socioculturais nos ambientes <i>on-line</i> , seja no nível local (como meu colégio), seja nacional e global. Por isso é importante assumirmos a responsabilidade de realizar ações e projetos para o bem comum.	0	0	4	6	10	0	0	0	5	10	0,177769
TOTAL	0	0	8	20	32	0	0	0	14	31	

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados

A parte final do questionário aborda questões que aludem à noção geral de um ambiente positivo e seguro nas redes, em que o usuário participa ativamente não só para mantê-lo, mas também para promovê-lo. Por sua vez, H1 não foi aceita em nenhum dos questionamentos, tendo em vista que, em ambos os momentos, pré e pós formação, as respostas dos participantes foram, predominantemente, “Concordo” e “Concordo totalmente”. De todo modo, considera-se um resultado positivo, pois demonstra que os participantes possuem uma autopercepção de responsabilidade social enquanto membros de uma comunidade digital.

Com base nos resultados apresentados, pode-se concluir que, em relação à amostra submetida ao programa de prevenção, todas as partes do módulo destinado a crianças e adolescentes contribuíram para o desenvolvimento de, pelo menos, alguma competência relacionada ao uso seguro, responsável, ético e positivo da *internet*. Por consequência, para esse público-alvo, a promoção do programa também tende a contribuir para prevenção às situações de violência sexual contra crianças e adolescentes que acontecem em ambientes virtuais.

4.4.2 Família (pais ou responsável legal)

Após a promoção do módulo destinado aos familiares, os presentes foram convidados a participarem de uma entrevista individual. Nesse sentido, de um total de

24 pessoas que participaram da formação, 07 (pais, mães ou outro responsável legal) aceitaram responder às perguntas propostas, aos quais se atribuiu a denominação “Entrevistado” (En). Com base nas respostas obtidas, foram criadas subcategorias, evidenciando a predominância de cada uma a partir da frequência em que os termos eram mencionados. Ressalta-se que uma mesma resposta pode estar relacionada a uma ou mais subcategorias. Algumas respostas, que traduzem achados significativos, foram transcritas em sua literalidade, razão pela qual expressões informais foram mantidas *in natura*, a fim de preservar a identidade (cultural) do discurso do participante.

O Quadro 10 apresenta os resultados referentes às perguntas categorizadas em “CONVERSAR E CONSCIENTIZAR”.

Quadro 10 - Respostas dos familiares entrevistados em relação às perguntas classificadas na categoria “CONVERSAR E CONSCIENTIZAR”

PERGUNTA	SUBCATEGORIA	REFERÊNCIAS
P1. A tecnologia chega a impedir que você esteja presente com seu(s) filho(s)?	Minha presença não é prejudicada pela tecnologia	E1; E2; E3; E5; E6
	A tecnologia atrapalha a união familiar	E4; E7
	Uso da tecnologia como ferramenta de conexão	E5
	Valorização de momentos em família	E2
P2. Os seus hábitos de uso da <i>internet</i> servem de exemplo positivo para seu(s) filho(s)?	Esforço para ser um bom exemplo	E1; E2; E4; E5; E7
	Uso da internet como ferramenta educativa	E2; E5
	Incerteza sobre servir como exemplo positivo	E3; E6
	Uso da internet devido às exigências do trabalho	E1; E5
	Promoção do uso consciente	E2
P9. Você já conversou com seu(s) filho(s) sobre os perigos que existem na <i>internet</i> ?	Houve conversas sobre os perigos da <i>internet</i>	E1; E3; E4; E5; E6; E7
	Diálogo adaptado à faixa etária	E2
	"Não fale com estranhos!"	E5
	Valorização da proteção e orientação familiar desde cedo	E6
	Prevenção como prioridade, mesmo com possibilidade de excesso	E6
P10. Seu(s) filho(s) já relatou alguma experiência negativa vivenciada na <i>internet</i> ?	Ausência de relatos	E2; E3; E4; E5; E6; E7
	Conversas sobre notícias negativas vistas na <i>internet</i>	E1

Fonte: elaborado pelo autor, com base nas entrevistas realizadas

Percebe-se que, em relação a P1, a maioria dos entrevistados (E1; E2; E3; E5; E6) afirmou que a tecnologia não impede que estejam presentes com os filhos. Há ainda quem acredita que os dispositivos tecnológicos (e seus aplicativos) podem ser

utilizados como uma “ferramenta de conexão”. É o que se vê, por exemplo, na resposta de E5:

PESQUISADOR: A tecnologia chega a impedir que você esteja presente com seus filhos?

E5: Não impede não, porque eu tento acessar essa tecnologia junto com ele. Por exemplo, eu vejo a Netflix, o Instagram, essas coisas todas como tecnologias também, inclusive de trabalho. E eu sempre busco dizer: “filho, vamos ver um filme juntos?” Eu vejo que ele é resistente, mas eu falo: “não, agora a gente vai escolher um filme que atenda a nós dois”. Eu tento utilizar dessa forma pra ver com ele. Por exemplo, no Instagram, ele sempre compartilha comigo as coisas que ele acha engraçada, então, assim, tô sempre atenta ao que tá acontecendo com ele.

No entanto, houve relatos apontando a influência negativa que a tecnologia exerce na união familiar (E4; E7). Por sua vez, a maior parte dos entrevistados (E1; E2; E4; E5; E7) disse que se esforça para servir de bom exemplo quando se refere aos hábitos de uso da *internet* (P2). Referido ponto é objeto de debate na formação para familiares, conforme visto na Figura 17. Alguns pais relataram que o uso da *internet* está diretamente relacionado a questões de trabalho (E1; E5), enquanto que outros acreditam que ela pode ser utilizada como uma ferramenta educativa (E2; E5), conforme se observa no relato de E2:

PESQUISADOR: Os seus hábitos de uso da *internet* servem de exemplo positivo para seus filhos?

E2: Sim, porque eu procuro sempre mostrar que a *internet*, quando ela é bem utilizada, a gente pode aprender muito. Coisa que na nossa época não era tão comum, quer dizer, nem era comum, porque nem tinha. Então, a gente pode utilizar muito bem o YouTube pra assistir videoaula, assistir alguma coisa produtiva para escola, fazer pesquisas no Google, também voltadas a sanar algumas dúvidas de matérias como matemática, física e química, e para as demais, é claro. Conhecer algumas coisas. Minha filha mais nova, por exemplo, ela gosta muito de visualizar o Google Earth para poder ver uns países, ela tá aprendendo agora sobre isso. O meu pai veio da Grécia, ele já faleceu, então ela, um dia, saiu sozinha pelo Google Earth e conseguiu identificar a Grécia e me perguntou qual que era a cidade do meu pai. A minha mais velha também teve essa curiosidade também no Google Earth. E eu comecei, desde cedo, a procurar a incentivar tanto uma quanto a outra.

Em contrapartida, alguns entrevistados (E3; E6) demonstraram incerteza quanto a servir como um exemplo positivo de uso da *internet*. Questionados se já conversaram com os filhos sobre os perigos que existem em ambientes virtuais (P9), todos responderam que, pelo menos em algum momento, houve conversas do tipo. Nesse sentido, observou-se que algumas abordagens buscaram se adaptar à idade

do filho (E2), enquanto outras adotaram tons mais imperativos (E5). Houve ainda aqueles que afirmaram que sempre prezaram pela prevenção e orientação. O relato de E6 ilustra esse posicionamento:

PESQUISADOR: Você já conversou com sua filha sobre os perigos que existem na *internet*?

E6: Sempre, na verdade, no geral e não só na *internet*. Desde quando ela tem 2 (dois) anos, quando ela começou a conviver com outras pessoas, além de mim e o pai, eu sempre abordei a questão do corpo, de não poder ser tocada, ela entende isso. Eu até acho que foi de forma precoce, mas eu sempre abordei, porque eu venho de uma comunidade de interior, e lá era muito normal você ver criança sendo abusada, acontecia muito e eu sempre fui muito guardada pelo o meu pai, ele sempre foi muito isolado, e como ele sempre “plantou” isso na minha cabeça, em excesso ou não, eu fiz o mesmo com ela; melhor pecar pelo o excesso, né?

Percebe-se no relato da entrevistada que seu ambiente familiar e cultural exerceu uma influência bastante significativa na educação da filha. Nota-se, também, a promoção de aspectos relacionados à educação sexual, mesmo que seja feita de forma excessiva ou permeada de precauções. Todavia, o relato apresentado ateu-se, principalmente, a questões relacionadas ao abuso sexual que acontece de forma física, e não precisamente àquele existente nos ambientes virtuais. Sobre isso, destaca-se a Figura 28.

Figura 28 - *Slide* retirado do módulo destinado à família, no qual os familiares são incentivados a conversarem com os filhos sobre os perigos que existem nos ambientes virtuais



Fonte: Programa Guardiões da Infância, Polícia Federal e Safernet, 2024

Nessa lógica, espera-se que haja uma orientação familiar acerca dos perigos relacionados à exposição, cada vez mais precoce, a conteúdos impróprios; a como funciona o *grooming on-line*; ao vício em telas; ao “vazamento” de imagens ou de conteúdos íntimos; à sextorsão; e a outros perigos cibernéticos. Sob essa ótica, observa-se o relato de E5, que busca conscientizar o filho acerca do risco de se manter contato na *internet* com pessoas desconhecidas:

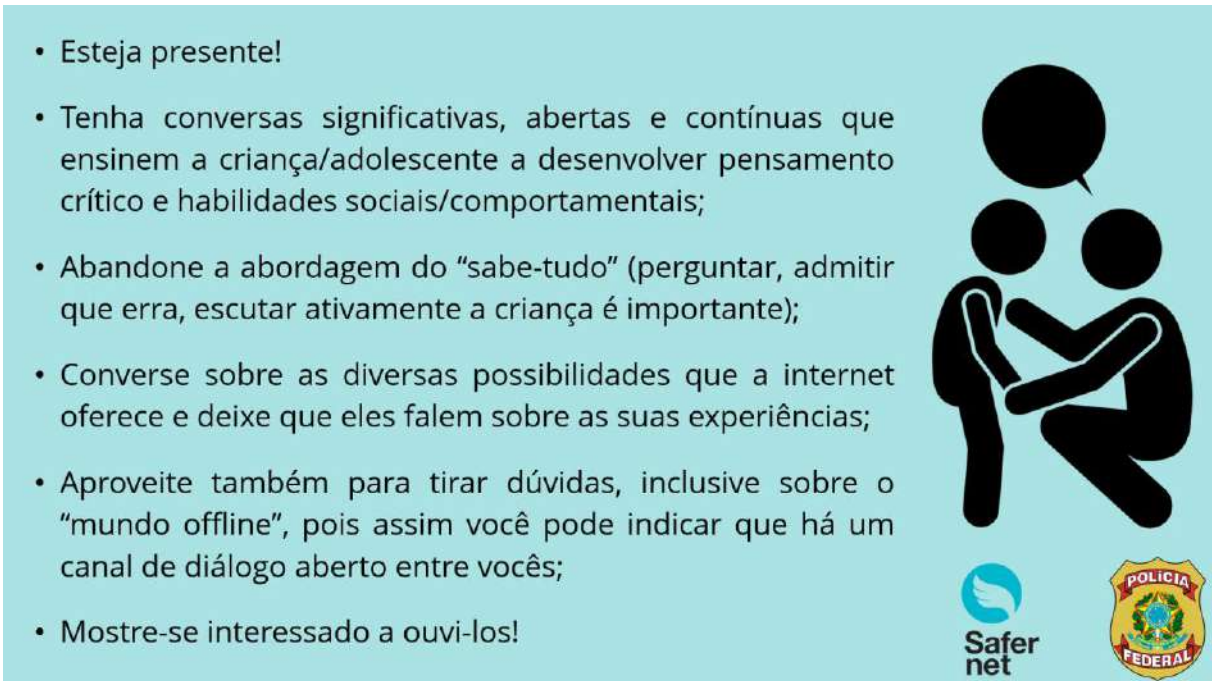
PESQUISADOR: Você já conversou com seu(s) filho(s) sobre os perigos que existem na *internet*?

E5: Já, inclusive sobre o Roblox, que é um jogo que ele joga muito. A gente fala: “como que você sabe que quem tá do outro lado é um menino, que é uma menina?”, então, assim, “você não deve puxar papo com nenhum deles”, com ninguém que não seja, por exemplo, da sua família, que você tem o contato, que você saiba quem que é.

Por fim, quando indagados a respeito de relatos relacionados a experiências negativas vivenciadas no ambiente *on-line*, com exceção de E1, todos os demais entrevistados disseram que seus filhos nunca relataram nada. Dados do relatório TIC Kids Online Brasil 2023 mostraram que quase 30% dos usuários entre 9 e 17 anos

vivenciaram situações ofensivas ou desconfortáveis *on-line*, como *cyberbullying* e exposição a conteúdo inadequado. Logo, acredita-se que, muito provavelmente, algum(a) entrevistado(a) tenha um(a) filho(a) que já vivenciou alguma experiência negativa na *internet*, o que, contudo, não lhe foi revelada. À vista disso, busca-se estimular, na formação para familiares, conforme se vê na Figura 29, a promoção de um diálogo aberto, recíproco e constante, a fim de possibilitar quaisquer revelações, mesmo que sobre fatos negativos.

Figura 29 - *Slide* retirado do módulo destinado à família, no qual os familiares são incentivados a promoverem diálogos abertos, recíprocos e constantes com os filhos



- Esteja presente!
- Tenha conversas significativas, abertas e contínuas que ensinem a criança/adolescente a desenvolver pensamento crítico e habilidades sociais/comportamentais;
- Abandone a abordagem do “sabe-tudo” (perguntar, admitir que erra, escutar ativamente a criança é importante);
- Converse sobre as diversas possibilidades que a internet oferece e deixe que eles falem sobre as suas experiências;
- Aproveite também para tirar dúvidas, inclusive sobre o “mundo offline”, pois assim você pode indicar que há um canal de diálogo aberto entre vocês;
- Mostre-se interessado a ouvi-los!

Ilustração de uma família (pai, mãe e criança) em diálogo, com um balão de fala. Logos do Safernet e Polícia Federal.

Fonte: Programa Guardiões da Infância, Polícia Federal e Safernet, 2024

Avançando-se, o Quadro 11 apresenta as subcategorias criadas em virtude das respostas obtidas em P3 e P5, ambas classificadas na categoria “ESTABELECEER REGRAS”.

Quadro 11 - Respostas dos familiares entrevistados em relação às perguntas classificadas na categoria “ESTABELECER REGRAS”

PERGUNTA	SUBCATEGORIA	REFERÊNCIAS
P3. Com qual idade você autorizou que seu(s) filho(s) possuísse um <i>smartphone</i> ?	11 anos	E5; E7
	13 anos	E1
	12 anos	E3
	7 anos	E4
	5 anos	E2
	4 anos	E6
P5. Você estabelece horários e locais para permitir o uso de dispositivos conectados à <i>internet</i> ?	Limitação do tempo de uso de dispositivos para priorizar outras atividades (estudos, esportes, lazer, sono)	E1; E2; E5; E7
	Supervisão compartilhada entre os pais	E1; E2; E6
	Estabelecimento de locais específicos para uso de dispositivos conectados à <i>internet</i>	E6
	Mais digital, mais antissocial	E1
	Limites não são estabelecidos	E3
	Tento, mas não respeitam	E4

Fonte: elaborado pelo autor, com base nas entrevistas realizadas

Percebe-se que há pais que autorizaram os filhos a utilizarem dispositivos conectados à *internet* a partir dos 04 (quatro) anos de idade (E6), enquanto que outros, somente a partir dos 13 (E1). Em relação a isso, é salutar apontar, novamente, os dados da TIC Kids Online Brasil 2023, os quais mostram que a idade em que as crianças brasileiras têm seu primeiro contato com a *internet* tem diminuído ao longo dos últimos anos, visto que, na pesquisa, cerca de 24% dos participantes afirmaram que começaram a acessar a rede ainda na primeira infância, isto é, até os seis anos de idade.

Mais importante do que determinar quando se deu o primeiro acesso, é saber se este é monitorado pelos responsáveis. Nessa lógica, a maioria dos entrevistados apontou que, em relação aos filhos, limitam o tempo de uso de dispositivos para que outras atividades (estudos, esportes, lazer, sono) sejam priorizadas (E1; E2; E5; E7). De forma significativa, houve aqueles que afirmaram que a supervisão é compartilhada por mais de um responsável (E1; E2; E6). É o que se observa, a título de exemplo, na resposta de E1:

PESQUISADOR: Você estabelece horários e locais para permitir o uso de dispositivos conectados à *internet*?

E1: Sim. A gente não permite em certos horários, porque, assim, quando eu não estou em casa, meu esposo está ou vice e versa, então a gente sempre

“tá de olho”. A gente tem limitado também por conta de horário de estudo, de esporte, de atividade na escola, de lazer, porque a gente percebeu que ele estava ficando meio antissocial.

Conforme Haidt (2024), o uso excessivo de dispositivos conectados à *internet* provoca, principalmente, quatro prejuízos: privação do sono; privação social; atenção fragmentada; e vício. À vista disso, quando se fala em privação social, o autor mostra que, após a “Grande Reconfiguração da Infância”, que se trata do período compreendido desde o surgimento dos *smartphones* até a substituição da “infância baseada no brincar para a infância baseada no celular”, os adolescentes passaram a ter bem menos contato social com outros jovens, o que, por sua vez, pode resultar em comportamentos antissociais, fato observado na resposta de E1. Por seu turno, ao se falar sobre comportamentos viciosos, são diretamente favorecidos na medida em que não são estabelecidos limites para o uso (E3). Houve, ainda, situação relatada na qual, apesar de impostos, os limites não são respeitados (E4).

Em relação à categoria “MONITORAR”, que reúne P4, P6, P7, P8 e P11, no Quadro 12 constam as subcategorias criadas e suas respectivas referências.

Quadro 12 - Respostas dos familiares entrevistados em relação às perguntas classificadas na categoria “MONITORAR”

PERGUNTA	SUBCATEGORIA	REFERÊNCIAS
P4. Seu(s) filho(s) passa mais tempo “on-line” ou “off-line”?	Mais tempo fora das telas	E1; E2; E3; E5; E6; E7
	"Minha tela, minha vida"	E4
P6. Você utiliza algum aplicativo para monitorar o que seu(s) filho(s) faz na internet?	Google Family Link como aplicativo de monitoramento	E2; E4; E5
	Ausência de aplicativos de monitoramento	E1; E3; E6
	Não uso aplicativos pois estou sempre por perto	E6; E7
P7. Você permite que seu(s) filho(s) possua conta própria em alguma rede social? Qual?	Instagram	E3; E5; E6; E7
	Possui conta, mas o acesso é pelo dispositivo do responsável	E5; E6
	Ausência de contas em redes sociais	E2; E4
	Aplicativos de mensagem (WhatsApp, Telegram)	E1
	TikTok	E3
	Contas privadas em redes sociais	E5
P8. Quais são as principais atividades realizadas por seu(s) filho(s) na internet? Na sua opinião, quais delas são prejudiciais?	Jogos on-line (Roblox, Minecraft, FreeFire)	E1; E2; E4; E6; E7
	Assistir a vídeos (YouTube, Instagram, TikTok)	E2; E3; E4; E5; E6
	Vídeos com conteúdos impróprios	E2; E6
	Imediatismo impulsionado pela tecnologia	E3
	As telas atrapalham o desenvolvimento de habilidades	E4
	Memes	E5
	Ausência de atividades prejudiciais	E5
	O excesso de tempo de tela é prejudicial	E1
P11. Em relação ao uso de celulares e computadores, quais mudanças dariam mais equilíbrio para sua família?	Necessidade de redução do tempo de uso	E1; E3; E4; E7
	Não são necessárias mudanças no momento	E2; E6
	Estabelecimento de limites	E3; E4
	Redução do uso de redes sociais	E5

Fonte: elaborado pelo autor, com base nas entrevistas realizadas

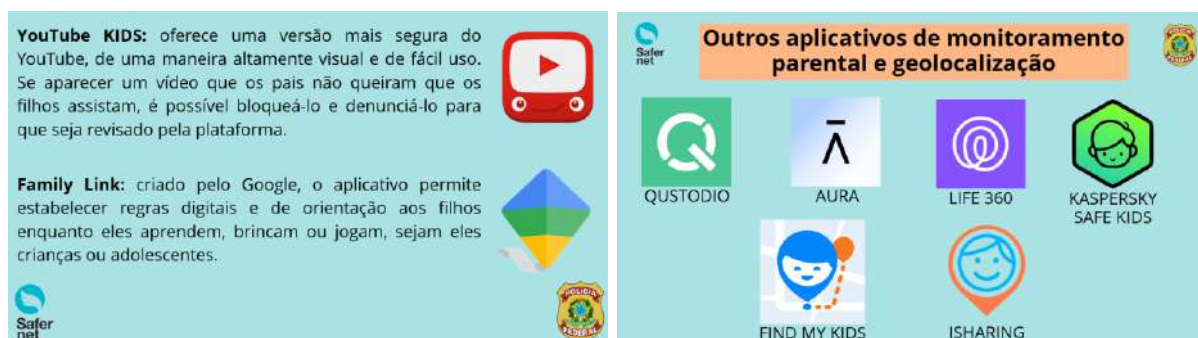
A maioria dos entrevistados afirmou que seus filhos passam mais tempo em contextos e atividades nas quais não há a presença de telas (P4), isto é, não estão fazendo uso de dispositivos conectados à internet (E1; E2; E3; E5; E6; E7). Por sua vez, no que se refere à presença de aplicativos de monitoramento (P6), parte dos participantes afirmou que utiliza o *software* Google Family Link como ferramenta padrão (E2; E4; E5), ao passo que outros disseram que não fazem uso de nenhum aplicativo (E1; E3; E6). Nesse aspecto, houve aqueles que disseram que, apesar de não utilizarem nenhum aplicativo de monitoramento, estão sempre presentes quando do uso de dispositivos tecnológicos por parte dos filhos (E6; E7). É o que se constata na resposta de E7:

PESQUISADOR: Você utiliza algum aplicativo para monitorar o que seu(s) filho(s) faz na *internet*?

E7: Nenhum, porém eu observo, olho ou “bisbilhoto”, estou sempre por perto.

Em relação à temática, ressalta-se, na formação, a importância e necessidade de que os pais ou responsáveis legais tenham conhecimento e controle daquilo que a criança ou adolescente acessa *on-line*. Logo, são apresentados diversos aplicativos de monitoramento parental e geolocalização, como se vê na Figura 30.

Figura 30 - Slides retirados do módulo destinado à família, no qual são apresentados aplicativos de monitoramento parental e geolocalização



Fonte: Programa Guardiões da Infância, Polícia Federal e Safernet, 2024

Por sua vez, quando indagados se permitem que os filhos possuam contas em redes sociais (P7), os dados obtidos corroboram àqueles evidenciados no relatório TIC Kids Online Brasil 2023 (2023), os quais demonstram que o Instagram é, atualmente, a rede social mais utilizada por indivíduos acima dos 12 anos de idade (E3; E5; E6; E7). Há que se ressaltar respostas no sentido de que, embora haja a criação de uma conta, o acesso é feito pelo celular do responsável (E5; E6). No entanto, alguns pais não permitem que seus filhos tenham contas ativas em redes sociais (E2; E4), posicionamento que encontra amparo na visão de Haidt (2024), ao defender que o ingresso nesses ambientes deve se dar somente após os 16 anos.

Ao se verificar quais são as principais atividades realizadas pelos filhos na *internet*, percebe-se que o consumo de jogos *on-line* (E1; E2; E4; E6; E7) e uso de redes sociais para assistir a vídeos (E2; E3; E4; E5; E6) se destacam. Dentre os pontos negativos relacionados a essas atividades, os entrevistados apontaram a presença de conteúdos impróprios (E2; E6); a tendência imediatista que é provocada

pelos estímulos tecnológicos (E3); a influência negativa que as telas desempenham no desenvolvimento de habilidades (E4); e o excesso de tempo de uso enquanto fator de risco para o vício (E1).

No que se refere a jogos, o módulo para adolescentes, principalmente na parte 5, destaca aqueles que são comumente utilizados por aliciadores sexuais no processo de identificação e abordagem de suas vítimas (conforme ilustrado na Figura 25). Por seu turno, ao se verificar os principais tipos de conteúdo consumidos por adolescentes, percebe-se que são vídeos curtos ou de abordagem superficial; de tom humorístico (*memes*); ou transmissões ao vivo (*streaming*) (NIC.br, 2023). Nesse contexto, traz-se à discussão o termo “brain rot”, que se refere à deterioração do estado mental ou intelectual de uma pessoa, especialmente em razão do consumo excessivo de conteúdos *on-line* considerados superficiais, de baixa qualidade ou pouco desafiadores. O fenômeno está diretamente associado à diminuição da atenção e ao declínio cognitivo (Ceder-Thorin, 2024).

À vista disso, ao serem questionados sobre quais ações seriam capazes de gerar melhorias e mais equilíbrio no que se refere ao uso de dispositivos conectados à *internet*, os participantes foram categóricos ao expor a necessidade de redução do tempo de uso (E1; E3; E4; E7) e o estabelecimento de limites (E3; E4). O posicionamento de E4 é claro nesse sentido:

PESQUISADOR: Em relação ao uso de celulares e computadores, quais mudanças você acredita que dariam mais equilíbrio pra sua família?

E4: Eu acho que tirar, sabe, usar menos o celular, bem menos mesmo. Saber quando é hora de parar.

Por fim, ao término da entrevista, aos participantes foi dada a oportunidade de acrescentarem algo relacionado à formação ou ao tema abordado. Na ocasião, grande parte relatou que a participação foi uma experiência bastante positiva (E2; E3; E5; E6; E7) e que foi uma oportunidade de obter um aprendizado de grande valia (E4; E5). Alguns reforçaram a obrigação de manter uma postura sempre atenta e vigilante (E1; E5), ao passo que também foram destacados aspectos relacionados à importância de um envolvimento ativo e não omissivo (E1; E5) e da inserção de atividades saudáveis na rotina dos filhos (E1). Cabe ainda destacar o posicionamento de E3, que abordou questões relacionadas a mitos e preconceitos relacionados ao abuso sexual

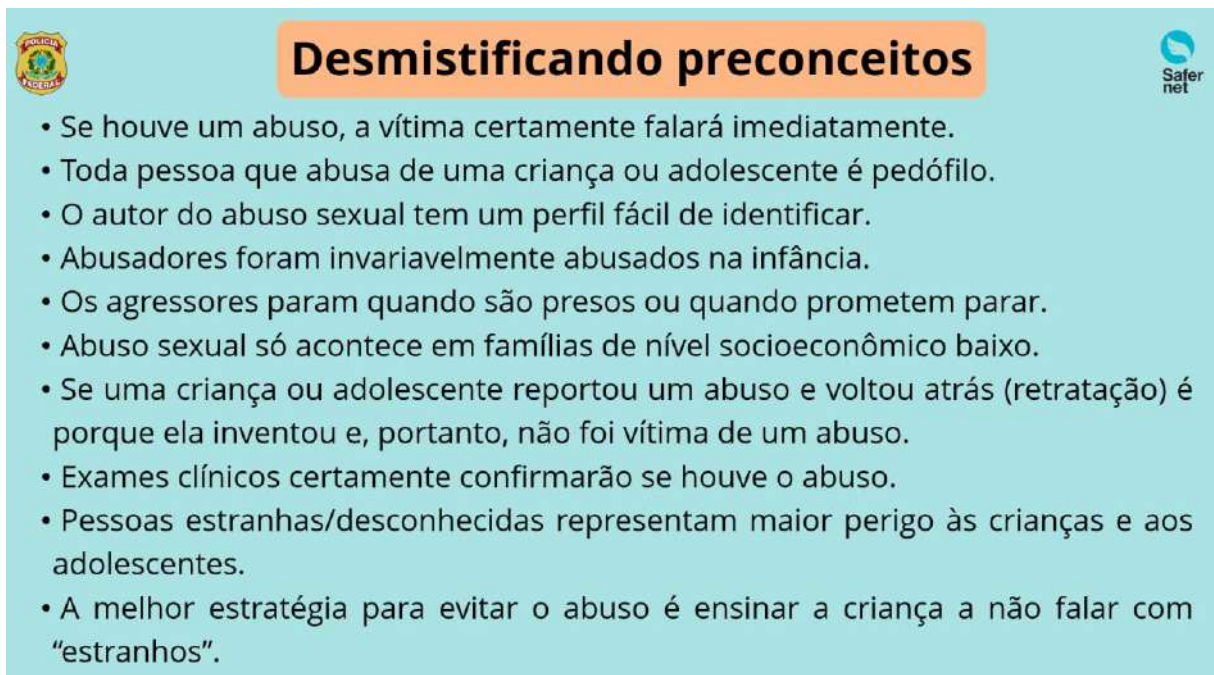
infantojuvenil e da necessidade de se discutir temas relacionados à sexualidade e identidade de gênero, conforme se vê abaixo:

PESQUISADOR: Há algo que você gostaria de adicionar sobre sua experiência com a palestra ou o tema abordado?

E3: Eu gostei muito da palestra. Achei edificante, esclarecedora. Quero parabenizar por esse trabalho, porque você falou que é voluntário. Eu acho que tem que ter muita dedicação pra fazer um trabalho voluntário e muita consciência dessa necessidade. Eu só gostaria de pontuar que nessas questões de abuso sexual infantil existem alguns mitos e preconceitos, e eu acho que isso tem origem, uma base, nas questões, principalmente dos adolescentes, da sexualidade. Então eu acho importante a discussão desses temas, da sexualidade, da homossexualidade, da identidade de gênero. Porque eu acho que muitos dos sinais que uma criança abusada apresenta também podem aparecer na criança que não se identifica com seu gênero ou na criança que não atende a essa heterossexualidade. (...) Eu tô te falando isso porque eu tenho dois filhos trans. Então eu vivi isso, todos aqueles sintomas com eles, até que a gente entendeu que era essa a temática.

Percebe-se no relato de E3 a presença de temas de importante debate, mas que, todavia, não foram explorados neste estudo por não estarem diretamente relacionados ao objetivo geral a que este se destinou. Entretanto, vê-se a necessidade de estudos posteriores que abordem educação sexual, que poderá, por exemplo, ser promovida a partir deste ou de outros programas de prevenção. Em relação a mitos e preconceitos em torno da temática, destaca-se que há, na formação para familiares, uma exposição (Figura 31) que busca justamente a desmitificação de tais inverdades.

Figura 31 - *Slide* retirado do módulo destinado à família, no qual se busca desconstruir alguns preconceitos relacionados ao abuso sexual infantojuvenil



Desmistificando preconceitos

- Se houve um abuso, a vítima certamente falará imediatamente.
- Toda pessoa que abusa de uma criança ou adolescente é pedófilo.
- O autor do abuso sexual tem um perfil fácil de identificar.
- Abusadores foram invariavelmente abusados na infância.
- Os agressores param quando são presos ou quando prometem parar.
- Abuso sexual só acontece em famílias de nível socioeconômico baixo.
- Se uma criança ou adolescente reportou um abuso e voltou atrás (retratação) é porque ela inventou e, portanto, não foi vítima de um abuso.
- Exames clínicos certamente confirmarão se houve o abuso.
- Pessoas estranhas/desconhecidas representam maior perigo às crianças e aos adolescentes.
- A melhor estratégia para evitar o abuso é ensinar a criança a não falar com “estranhos”.

Fonte: Programa Guardiões da Infância, Polícia Federal e Safernet, 2024

Ainda em relação à pergunta de número 12 (P12), a resposta de E6 é transcrita abaixo:

PESQUISADOR: Há algo que você gostaria de adicionar sobre sua experiência com a palestra ou o tema abordado?

E6: Eu achei muito importante, na verdade, eu achei que é um tema que deveria ser mais difundido, talvez até divulgar algum tipo de cartilha. Porque eu realmente nunca vi algo direcionado para o abuso em si. Já vi sobre violência, mas direcionado a abuso sexual eu nunca vi, e tem muitas pessoas que preferem se omitir ou fingir que não está vendo, ou “ah, eu não tenho tempo, deixa pra lá” (...).

Considerando a sugestão apontada, bem como o caráter metodológico deste estudo (Pesquisa-Ação), foi desenvolvida uma cartilha informativa (Figura 32) para pais (ou responsável legal), a qual passou a ser distribuída ao final de cada formação para referido público-alvo.

Figura 32 - Cartilha do Programa Guardiões da Infância

POLÍCIA FEDERAL **GUARDIÕES DA INFÂNCIA** **Safernet**

PROGRAMA DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE CIBERNÉTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A internet facilitou diversas coisas em nossas vidas, mas é importante estarmos atentos aos **RISCOS** que existem nesse ambiente, pois, apesar de o chamarmos de "virtual", ele apresenta **PERIGOS REAIS!**

Muitos criminosos se utilizam de informações publicadas em redes sociais para se aproximarem de crianças e adolescentes e, assim, cometerem crimes, como o abuso sexual!

Portanto, seguem algumas orientações para que você, pai, mãe ou responsável, possa ajudar seu(sua) filho(a) a utilizar a **internet com segurança**:

- Evite publicar fotos/vídeos** em situações nas quais seus filhos estão com pouca (ou nenhuma) roupa, como tomando banho ou na praia, por exemplo, pois criminosos podem se utilizar de ferramentas para manipular as imagens a fim de compartilhá-las em grupos de abusadores!
- Antes de permitir que seus filhos criem contas em redes sociais, **verifique a idade mínima**. No Instagram, por exemplo, a criação de perfis é permitida para adolescentes com idade a partir de 15 anos.
- Não exponha os hábitos** familiares ou locais frequentados por seus filhos.
- Construa um diálogo ativo**, sempre permitindo que seus filhos compartilhem experiências vivenciadas nas redes, a fim de que haja um canal aberto de comunicação caso algo de errado aconteça.

Ensine sobre o que é **privacidade**, explicando a diferença entre informações públicas e privadas. Mostre que é fácil escolher com quem uma informação será compartilhada, mas é impossível controlar se essa pessoa irá levar a informação adiante.

Bullying e cyberbullying são CRIMES! É importante que seus filhos saibam que podem ser responsabilizados caso pratiquem condutas inapropriadas, inclusive se for na internet. Se testemunharem qualquer tipo de violência, deverão comunicar os fatos a um responsável!

É importante que **regras e limites sejam estabelecidos!** Defina quais condições e horários em que seus filhos poderão usar a internet, bem como estabeleça quais os tipos de sites, aplicativos e jogos que podem ser acessados (lembre-se da classificação de faixa etária).

Conheça aplicativos de: **monitoramento parental e geolocalização**.

QUSTODIO **AURA** **KASPERSKY SAFE KIDS** **FAMILY LINK** **LIFE 360** **FINDMYKIDS** **ISHARING**

Esses aplicativos permitem que você saiba o que seus filhos estão fazendo, além de poder filtrar conteúdos, restringir e bloquear o acesso a páginas e aplicativos inapropriados.

Mas sabemos que, mesmo com toda cautela, coisas ruins podem acontecer... **Nesse caso, como agir?**

DENUNCIE!

Em geral, o "não" das vítimas não faz com que os abusadores parem. Além disso, enquanto não forem detidos, continuarão a praticar os abusos com cada vez mais pessoas!

Portanto, caso aconteça algo:

- Tente **coletar todas as evidências** possíveis (prints de conversa, imagens, vídeos, link da página onde foi feita a publicação, etc.);
- Procure a polícia** para a denunciar os fatos;
- Se o crime aconteceu em alguma plataforma digital ou aplicativo, **denuncie** o conteúdo/perfil para os administradores, a fim de que seja removido;
- Busque ajuda** de sua rede de apoio!

E lembre-se: A CULPA NUNCA É DA VÍTIMA!
Em vez de julgar ou punir, ACOLHA!

Canais para denunciar crimes ou buscar ajuda:

COMUNICA PF **SAFERNET**

Juntos, podemos construir uma internet melhor e mais segura para todos!

Fonte: Programa Guardiões da Infância, Polícia Federal e Safernet, 2024

Busca-se, com o material, apresentar, de forma objetiva, concisa e clara, algumas orientações para que os responsáveis possam auxiliar os filhos a utilizarem a *internet* com mais segurança. Além disso, são citados exemplos de aplicativos de monitoramento parental e geolocalização, bem como de que forma proceder no caso de incidentes. São ainda ilustrados *qr-codes* para a busca de mais informações ou denúncia de crimes.

4.4.3 Professores

A formação para educadores, na qual os dados deste estudo foram coletados, contou com a presença de 33 participantes. Após ser finalizada, os presentes foram convidados a participar de uma entrevista individual, de modo que 12 professores aceitaram responder aos questionamentos. Também foi atribuída a denominação "Entrevistado" (*En*) para cada participante. De igual modo, considerando as respostas

fornechas, foram criadas subcategorias, em que se buscou identificar a predominância de cada uma a partir das referências identificadas. Os relatos de alguns participantes foram transcritos na medida em que evidenciaram pontos importantes de observação, mantendo-se as marcas próprias do discurso oral.

À vista disso, apresenta-se o Quadro 13, que sintetiza as perguntas P1, P2 e P3, agrupadas na categoria “IDENTIFICAR”.

Quadro 13 - Respostas dos professores entrevistados em relação às perguntas classificadas na categoria “IDENTIFICAR”

PERGUNTA	SUBCATEGORIA	REFERÊNCIAS
P1. Com base na sua experiência e opinião, quais são os principais desafios que os estudantes enfrentam ao lidar com a internet?	Falta de definição de limites ou aceitação destes, quando impostos	E6; E7; E8; E9; E12
	Ausência de monitoramento ou orientação parental	E1; E6; E7
	Vulnerabilidade às ameaças digitais	E2; E4; E12
	Excesso de tempo de tela	E6; E12
	Uso inapropriado da <i>internet</i>	E6; E10
	Ausência de percepção sobre as consequências de seus atos	E3; E10
	Facilmente influenciados	E5
	Ausência de conhecimento sobre as ferramentas e tecnologias digitais	E1
	Impactos emocionais e sociais	E9
	Diferenciação entre o mundo real e o virtual	E10
	Influência dos algoritmos	E11
	Exposição excessiva em redes sociais	E11
P2. Você acredita que os alunos têm conhecimento suficiente sobre os riscos on-line, como cyberbullying, <i>fake news</i> e exposição indevida?	Pouca ou nenhuma percepção sobre os perigos	E1; E3; E5; E6; E7; E9; E10; E11; E12
	A internet é "terra sem lei"	E6; E10; E12
	Ausência de discernimento sobre o que é certo ou errado	E4; E8
	O desconhecimento se estende a pais e professores	E11
	Maduros e experientes	E2
P3. De que maneira você acha que a escola pode desempenhar um papel ativo na promoção de uma educação digital?	Promoção de eventos formativos	E1; E3; E4; E5; E7; E11
	Ensinar a como usar aplicativos e ferramentas para uma navegação segura	E2; E4; E6; E8
	Criação de uma disciplina eletiva	E6; E12
	Distribuição de materiais informativos	E4
	Preparação do corpo docente	E9
	Conscientização sobre responsabilidade digital	E10
	Abordagens adaptadas às diferentes faixas etárias	E11
	Engajamento comunitário	E11

Fonte: elaborado pelo autor, com base nas entrevistas realizadas

Quando questionados acerca de quais são os principais desafios que os estudantes enfrentam ao lidar com a *internet* (P1), grande parte dos entrevistados respondeu que a falta de definição de limites ou aceitação destes, quando impostos, é o mais significativo (E6; E7; E8; E9; E12). A ausência de monitoramento ou orientação parental (E1; E6; E7), a vulnerabilidade às ameaças digitais (E2; E4; E12), o excesso de tempo de tela (E6; E12), o uso inapropriado da *internet* (E6; E10) e a falta de percepção sobre as consequências de seus atos (E3; E10) também foram respostas apresentadas mais de uma vez.

A resposta de E6 foi referenciada em várias subcategorias, como se vê:

PESQUISADOR: Com base na sua experiência e opinião, quais são os principais desafios que os estudantes enfrentam ao lidar com a *internet*?

E6: Primeiramente, acho que a falta de orientação familiar e de limites estabelecidos, né? A *internet* é uma forma de distração para as crianças e, muitas vezes, das famílias se afastarem das responsabilidades de orientar, educar, cuidar, né? Então eu vejo isso, essa falta de limite com o uso, tanto com o tempo como com a forma de uso, pois alguns usam de forma errada.

À vista do exposto, ressalta-se que todos os pontos mencionados nas respostas estão inseridos nos módulos formativos. Em relação aos limites, trata-se de um ponto central no módulo para familiares (Figura 16), tanto quanto o monitoramento (Figura 30) e orientação parental (Figura 29), conforme já demonstrado acima. Por sua vez, as ameaças digitais são exploradas ao longo das partes 2 e 5 do módulo para crianças e adolescentes, tal como no módulo para familiares (Figura 28). Por fim, o excesso de tempo de tela e o uso inapropriado da *internet* são situações elementares na parte 1 do módulo para alunos.

Ainda sobre a pergunta relacionada aos principais desafios, o relato de E11 expande o de E6 ao considerar a *internet* como uma forma de distração que prejudica o ensino em sala de aula na medida em que traz percepções distorcidas da realidade:

PESQUISADOR: Com base na sua experiência e opinião, quais são os principais desafios que os estudantes enfrentam ao lidar com a *internet*?

E11: Acredito que os desafios sejam com as redes sociais. Elas trazem uma exposição excessiva e criam um mundo muito atrativo, mas distante da realidade. Em sala de aula, isso se torna uma barreira, porque nunca conseguimos competir com o atrativo das redes sociais, como Instagram e TikTok. Os algoritmos trazem conteúdos que eles gostam, com muita rapidez, e uma aula nunca vai ser tão rápida quanto um vídeo curto nessas plataformas.

Sobre esse ponto, sabe-se que os algoritmos, principalmente os de redes sociais, são projetados para identificar e entregar rapidamente conteúdos altamente personalizados e atrativos para o usuário. Essa dinâmica cria um ambiente de consumo de informações rápidas e fragmentadas, que estimulam o sistema de recompensa do cérebro, promovendo um ciclo vicioso de estímulo-recompensa. Como consequência, os estudantes podem sofrer prejuízos em sua capacidade de concentração e dedicação a atividades que demandem maior tempo e esforço cognitivo, uma vez que o ambiente escolar tradicional, via de regra, figura em lado oposto ao digital (Haidt, 2024).

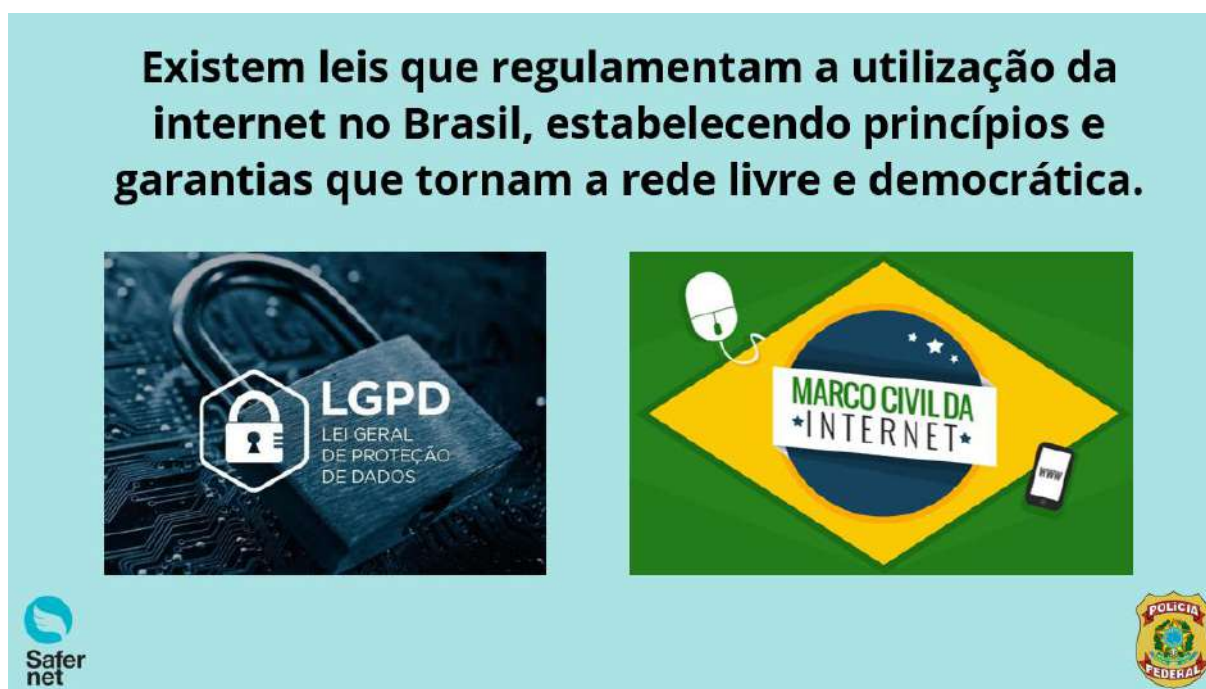
Na sequência, a grande maioria dos professores acredita que os alunos têm pouca ou nenhuma percepção sobre os perigos existentes no universo *on-line* (E1; E3; E5; E6; E7; E9; E10; E11; E12), conforme se observa no relato de E10:

PESQUISADOR: Você acredita que os alunos têm conhecimento suficiente sobre os riscos *onOline*, como cyberbullying, *fake news* e exposição indevida?

E10: Não, eles não têm a menor noção. Eles até sabem o conceito e conseguem compreender em teoria, mas, na prática, eles enxergam a *internet* como um espaço onde podem fazer e dizer o que quiserem, sem qualquer perigo.

Há, ainda, a percepção equivocada, por parte dos alunos, de que a *internet* é uma “terra sem lei” (E6; E10; E12). Em relação a tal ponto, apresenta-se a Figura 33, retirada da parte 2 do módulo para crianças e adolescentes, cujo objetivo é justamente demonstrar que a conduta dos usuários na *internet* é balizada por regras previstas em alguns dispositivos normativos, os quais estabelecem princípios e garantias que tornam a rede livre e democrática.

Figura 33 - *Slide* retirado do módulo destinado a adolescentes (Parte 2), no qual são apresentadas algumas leis que regulamentam o uso da *internet* no Brasil



Fonte: Programa Guardiões da Infância, Polícia Federal e Safernet, 2024

Ao se perguntar de que maneira a escola pode desempenhar um papel ativo na promoção de uma educação digital, os respondentes citaram a promoção de eventos formativos (E1; E3; E4; E5; E7; E11), o ensinamento de como utilizar aplicativos e ferramentas para uma navegação mais segura (E2; E4; E6; E8) e a criação de uma disciplina eletiva na grade curricular (E6; E12) como elementos de destaque. Nessa lógica, novamente considerando o caráter metodológico deste estudo (Pesquisa-Ação), foi criado um caderno de atividades (Figura 34), o qual tem por objetivo auxiliar o corpo docente escolar a promover atividades pedagógicas, dentro de sala de aula, com os alunos submetidos ao programa Guardiões da Infância.

Figura 34 - Capa do caderno de atividades do Programa Guardiões da Infância



Fonte: Programa Guardiões da Infância, Polícia Federal e Safernet, 2024

Composto por 37 páginas, o material contempla uma revisão teórica e prática dos principais pontos trabalhados ao longo da formação para alunos, bem como reúne uma série de atividades (individuais e em grupo) que visam a reforçar os conhecimentos adquiridos e estimular o desenvolvimento de competências. Todo o conteúdo foi desenvolvido considerando as evidências científicas citadas neste e em outros estudos, bem como as diretrizes da BNCC. As atividades propostas foram adaptadas ao público-alvo e revisadas pela diretoria da CCASI. O material pode ser aplicado por qualquer professor, em razão de ser autoexplicativo, não sendo necessária, portanto, a presença de algum agente formador (policial).

Por seu turno, no que se refere à categoria “ACOLHER”, o Quadro 14 reúne as subcategorias criadas a partir das respostas fornecidas à P4 e P5.

Quadro 14 - Respostas dos professores entrevistados em relação às perguntas classificadas na categoria “ACOLHER”

PERGUNTA	SUBCATEGORIA	REFERÊNCIAS
P4. Algum aluno já te relatou alguma experiência negativa vivenciada na internet? Se sim, como você agiu?	Escuta e acolhimento	E3; E5; E11; E12
	Ausência de relatos	E1; E2; E4; E7
	Encaminhamento ao superior diante de relatos	E9; E11; E12
	Conflitos em grupos de aplicativos de mensagem	E10
	Educação para a empatia	E10
	Assédio sexual	E11
	Relatos indiretos (experiências de terceiros)	E8
P5. Quais estratégias você considera mais eficazes para abordar um aluno em potencial situação de violência vivenciada na internet?	Conversa e escuta ativa	E1; E2; E3; E4; E6; E7
	Criação de um ambiente seguro e livre de julgamentos	E8; E10; E11; E12
	Construção de uma relação afetiva	E1; E7; E10
	Mostrar-se disponível	E1; E9
	Empatia	E2
	Orientação	E4
	Promoção de dinâmicas	E5
	Demonstrar confiança	E7
	Abordagem coletiva para evitar exposição pessoal	E8
	Incorporação de debates em sala de aula	E11
	Trabalhos interdisciplinares	E11
	Programas permanentes de prevenção	E12

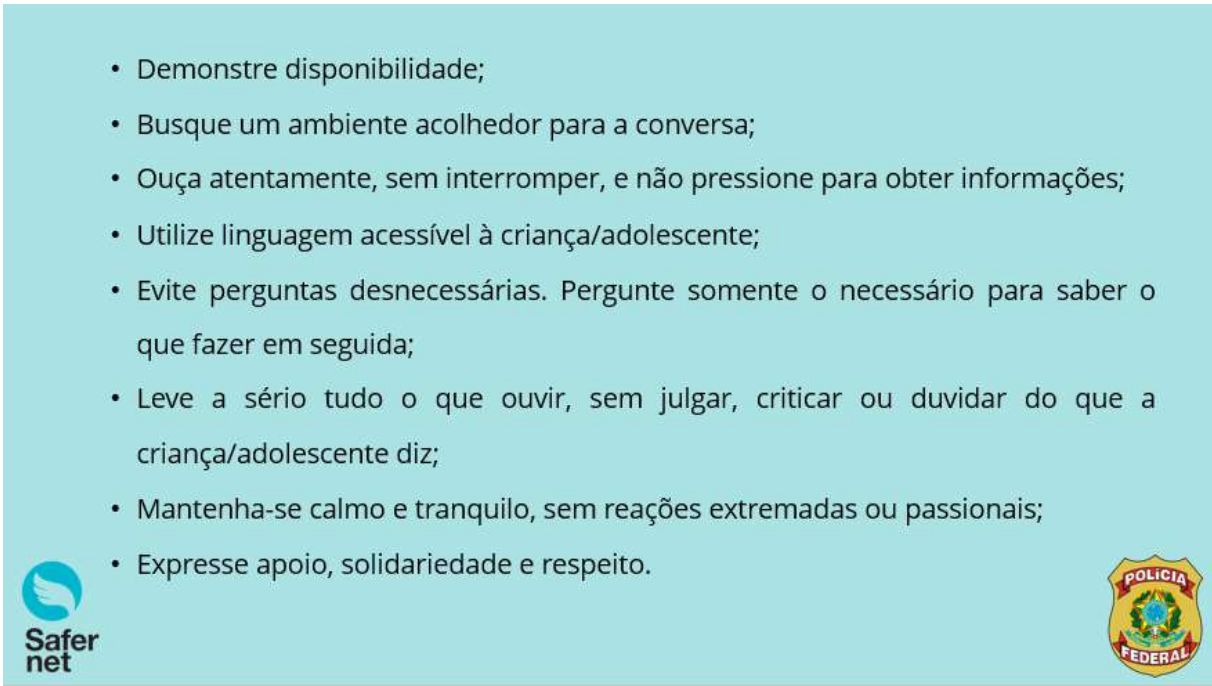
Fonte: elaborado pelo autor, com base nas entrevistas realizadas

A escola é o primeiro lugar onde os estudantes começam a estabelecer relações fora do âmbito familiar, sentindo-se um sujeito social. Portanto, é nela que a maior parte dos casos de violência sexual é revelada para algum adulto com o qual o aluno tenha amizade e confiança (Inoue; Ristum, 2008). Logo, diante do questionamento se algum aluno já havia relatado alguma experiência negativa vivenciada na *internet* (P4), a maior parte dos professores respondeu de forma afirmativa, e que, em tais casos, a postura adotada foi, inicialmente, a escuta e o acolhimento (E3; E5; E11; E12) e, posteriormente, o encaminhamento do caso ao superior hierárquico (E9; E11; E12).

Em relação à revelação espontânea de uma violência, não de ser considerados diversos fatores relacionados à forma correta de ouvir, sob pena de provocar na vítima episódios de revitimização, isto é, quando uma vítima de violência é submetida a processos que a levam a reviver a agressão sofrida (Brasil, 2017). Nesse sentido, na formação para professores são investidos diversos esforços que visam a demonstrar

como deve ser feito esse procedimento, de forma a (1) acolher a vítima, (2) ouvi-la adequadamente e (3) conduzi-la aos órgãos e autoridades competentes, a fim de cessar a violência e lhe garantir os direitos de proteção. A Figura 35 ilustra parte dessa iniciativa.

Figura 35 - *Slide* retirado do módulo destinado a professores, no qual são apresentadas algumas orientações referentes à escuta de uma criança ou adolescente vítima de alguma violência



- Demonstre disponibilidade;
- Busque um ambiente acolhedor para a conversa;
- Ouça atentamente, sem interromper, e não pressione para obter informações;
- Utilize linguagem acessível à criança/adolescente;
- Evite perguntas desnecessárias. Pergunte somente o necessário para saber o que fazer em seguida;
- Leve a sério tudo o que ouvir, sem julgar, criticar ou duvidar do que a criança/adolescente diz;
- Mantenha-se calmo e tranquilo, sem reações extremadas ou passionais;
- Expresse apoio, solidariedade e respeito.

Fonte: Programa Guardiões da Infância, Polícia Federal e Safernet, 2024

Ainda sobre o tema, durante a transcrição e análise das respostas dos entrevistados, o relato de E11 trouxe uma situação que merece destaque:

PESQUISADOR: Algum aluno já relatou alguma experiência negativa vivenciada na *internet*? Como você agiu?

E11: Sim, já houve casos. Um aluno, uma vez, me relatou uma situação envolvendo uma pessoa em posição de liderança na escola que enviava mensagens inadequadas, do tipo: “ah, eu sonhei com você essa noite, que você estava deitada no meu colo”. Ele só conseguiu relatar quando essa pessoa já não estava mais na escola. Eu acolhi o relato e passei o caso para minha supervisora, que investigou e tomou as providências necessárias.

Há evidências que demonstram que casos de violência sexual são muitas vezes praticados em instituições de ensino, ou em decorrência deste contexto, uma

vez que professores, prevalecendo-se de sua condição hierárquica em relação ao aluno, possuem mecanismos e estratégias eficazes para chantagear ou persuadir suas vítimas (Karami *et al.*, 2019). De todo modo, na formação para educadores, supõe-se que o público-alvo irá agir na condição de promotor e garantidor de direitos, mas pode acontecer de, entre os participantes, existir aquele que figura como autor de abusos. Tal cenário também é factível na formação para familiares, visto que cerca de 80% das violências praticadas contra crianças e adolescentes acontecem no ambiente familiar (FBSP, 2023). Não obstante, a promoção do programa pode contribuir para a identificação de casos e, conseqüentemente, adoção das medidas necessárias à proteção das vítimas.

Por outro lado, houve entrevistados que disseram nunca ter recebido nenhum relato (E1; E2; E4; E7). Considerando os diversos aspectos relacionados à sensibilidade do tema, a revelação de fatos mostra-se mais propícia a acontecer na medida em que o(a) professor(a) mostra-se disponível ao aluno, bem como adota uma postura empática, respeitosa e que transmita segurança, pontos estes que são tratados durante a formação.

Ainda sobre esse tema, ao se perguntar sobre quais são as estratégias mais eficazes para abordar um aluno em potencial situação de violência vivenciada na *internet* (P5), os entrevistados, predominantemente, acreditam que uma conversa em que haja escuta ativa (E1; E2; E3; E4; E6; E7) é a mais assertiva. De igual modo, a criação de um ambiente seguro e livre de julgamentos (E8; E10; E11; E12) e a construção de uma relação afetiva (E1; E7; E10) foram iniciativas consideradas relevantes. O posicionamento de E10 expressa essa visão:

PESQUISADOR: Quais estratégias você considera mais eficazes para abordar um aluno em potencial situação de violência vivenciada na *internet*?

E10: Eu acredito que o ponto principal é criar um vínculo com o aluno e garantir que ele não será julgado pelo que disser ou viver. Isso é essencial para que eles se sintam confortáveis em pedir ajuda.

A Figura 36 reúne todas as 12 (doze) subcategorias identificadas a partir das respostas, considerando a predominância de cada uma.

Figura 36 - Nuvem de palavras criada a partir das respostas obtidas em P5



Fonte: elaborado pelo autor, com base nas entrevistas realizadas

Na sequência, em relação à categoria “NÃO SE OMITIR”, apresenta-se o Quadro 15.

Quadro 15 - Respostas dos professores entrevistados em relação às perguntas classificadas na categoria “NÃO SE OMITIR”

PERGUNTA	SUBCATEGORIA	REFERÊNCIAS
P6. Quais são os passos principais que você entende serem necessários para assegurar os direitos e a proteção de um aluno vítima de algum crime cibernético?	Encaminhamento ao superior imediato e aos órgãos competentes	E1; E3; E7; E8; E9; E11; E12
	Escola enquanto ambiente de proteção	E1; E9; E11
	Promoção de assistência social	E5; E7; E8
	Não se omitir	E9; E12
	Agir de acordo com a lei (ECA)	E2
	Preservação das provas	E4
	Construção de uma comunidade de proteção	E10
	Prevenção como primeira linha de defesa	E12
	Análise das causas para prevenção a futuros problemas	E12
	Sigilo dos fatos	E6
P7. Você considera que a palestra foi eficaz para melhorar sua compreensão e capacidade de lidar com casos de violência sexual contra crianças e adolescentes? Por quê?	Novos conhecimentos, principalmente sobre saber o que fazer	E4; E8; E9; E10; E11
	Ter mais atenção aos sinais	E2; E3
	Escuta especializada	E3; E9
	Acolher sem julgamentos	E6; E12
	Como abordar o tema	E1
	Onde procurar ajuda	E3
	Esclarecimento de dúvidas	E5
	Maior preocupação com o próximo	E7
	Envolvimento e sensibilização	E7
	Redução de preconceitos	E9
	Conexão entre gerações e a era digital	E10
	Assertividade de ações	E11
	Linguagem clara e acessível	E12

Fonte: elaborado pelo autor, com base nas entrevistas realizadas

Ao se deparar com qualquer situação de violência praticada contra crianças e adolescentes, não se pode adotar uma postura omissiva. No entanto, na prática, não é o que se observa, visto que, em muitos casos, as situações são consideradas “problemas dos outros”, o que “justifica” a ausência de ação (Krugman; Leventhal, 2005). Isto posto, a formação para educadores tem por um de seus objetivos principais estimular os profissionais a assumirem uma postura ativa, agindo de acordo com o que lhes é cabível e considerando suas responsabilidades, até porque a omissão pode ensejar responsabilidades, sejam elas administrativas (art. 245 do ECA) ou penais (art. 13, §2º, do Código Penal Brasileiro).

Nesse sentido, quando questionados sobre quais as principais ações necessárias para assegurar os direitos e a proteção de um aluno vítima de algum crime, os entrevistados consideram o encaminhamento ao superior imediato e aos órgãos competentes a conduta mais adequada (E1; E3; E7; E8; E9; E11; E12). Na mesma linha, apontam que a escola deve ser um ambiente de proteção (E1; E9; E11), capaz de promover assistência social (E5; E7; E8), em que os atores devem agir de forma conjunta, respeitadas as competências e limites de cada colaborador, para sanar os problemas identificados. A resposta apresentada por E11 corrobora esse raciocínio.

PESQUISADOR: Quais são os passos principais que você entende serem necessários para assegurar os direitos e a proteção de um aluno vítima de algum crime cibernético?

E11: Primeiro, é essencial acolher e ouvir o aluno sem julgamento. Depois, passar o caso para a liderança da escola e buscar os caminhos adequados para garantir sua proteção. Muitas vezes, como professores, não estamos bem orientados para lidar com essas situações, por isso é importante buscar apoio e agir em conjunto.

Outras subcategorias expõem elementos importantes, como a necessidade de: agir conforme preceitua o ECA; garantir o sigilo dos fatos, para evitar a exposição social; preservar elementos de prova, principalmente em se tratando de crimes cibernéticos, a fim de auxiliar o trabalho das autoridades competentes; estudo das causas de uma ocorrência, visando a evitar futuros problemas dentro do contexto escolar; construção de uma comunidade de proteção, em que a prevenção é considerada a primeira linha de defesa.

Ao final, buscou-se verificar se a promoção do programa foi eficaz no sentido de promover uma melhora na compreensão e capacidade dos participantes em lidar com casos de violência sexual contra crianças e adolescentes (P7), momento em que todos responderam de forma afirmativa, principalmente no que diz respeito a saber como agir diante casos concretos (E4; E8; E9; E10; E11); a ter mais atenção a sinais que podem indicar uma violência (E2; E3); a conhecer o procedimento de escuta especializada (E3; E9); e à necessidade de se promover um acolhimento sem quaisquer julgamentos (E6; E12). Foram ainda identificadas outras 9 (nove) subcategorias, já elencadas no Quadro 15.

No fechamento de cada entrevista, ao participante foi dada a oportunidade de acrescentar algo sobre sua experiência com a formação ou com o tema que foi abordado, de sorte que, a partir das respostas, foram identificadas 7 (sete) subcategorias: (a) o perigo está cada vez mais presente e é para todos; (b) jovens devem ter acesso a programas de prevenção; (c) a colaboração entre instituições promove prevenção; (d) necessidade de conscientização sobre deveres profissionais; (e) proposta de treinamento contínuo; (f) é preciso explorar o universo digital dos alunos para melhor compreendê-lo; (g) ações pontuais como o início de uma solução maior. O relato de E9 vai ao encontro de algumas assertivas.

PESQUISADOR: Existe algo que você gostaria de acrescentar sobre a sua experiência com essa palestra ou com o tema abordado?

E9: Eu acho que os professores precisam ser constantemente lembrados de suas obrigações. Em vinte e três anos de magistério, é a primeira vez que ouço em uma palestra que é dever da escola denunciar. Isso deveria ser um projeto maior, com treinamentos anuais para professores em todas as escolas do Brasil. É muito necessário porque, muitas vezes, não sabemos lidar com essas situações.

Diante disso, considerando as evidências em tela, acredita-se que a promoção do módulo para educadores conseguiu concluir com êxito os objetivos a que se propôs.

4.5 GUARDIÕES DA INFÂNCIA: RESULTADOS E PERSPECTIVAS

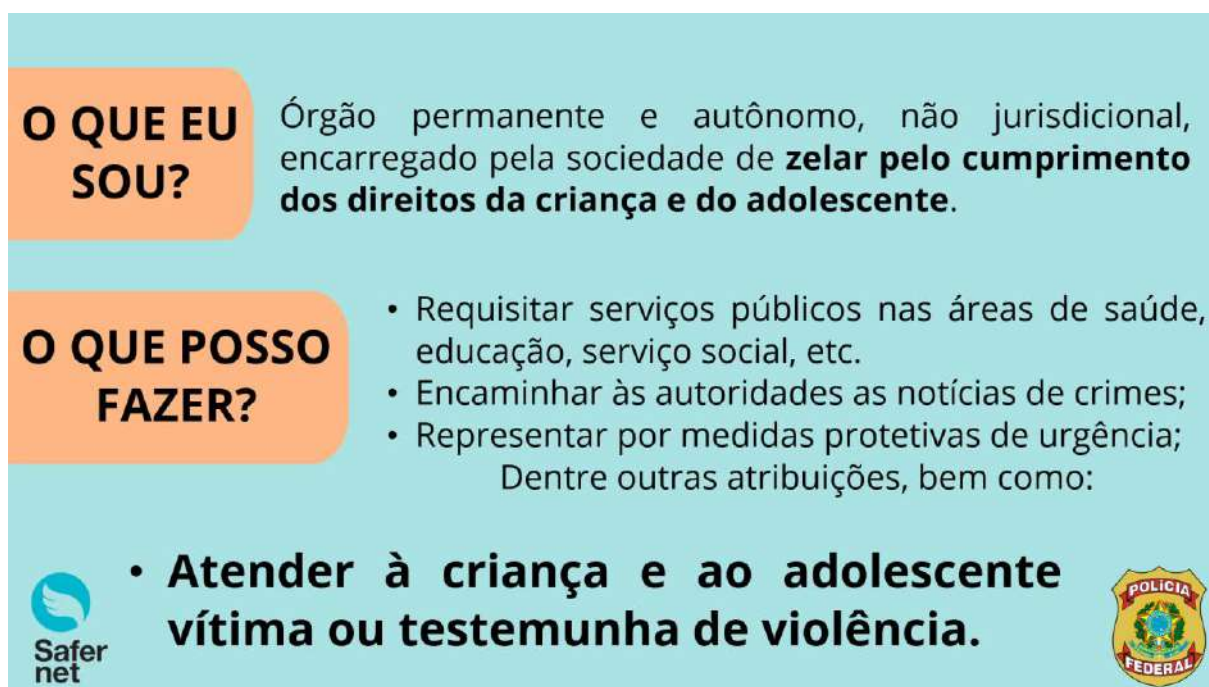
O presente trabalho contribuiu para o desenvolvimento, implementação e avaliação do Programa Guardiões da Infância. A partir disso, o programa foi internalizado na estrutura da Polícia Federal, por meio da Portaria Nº 18.992, de 24

de julho de 2024, na qual foram estabelecidas as diretrizes para a sua efetiva implementação.

Conforme consta na referida Portaria, o programa tem como finalidade fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos das crianças e dos adolescentes, com foco na prevenção de crimes cibernéticos relacionados ao abuso sexual infantojuvenil, por meio da realização de palestras e ações socioeducativas por policiais federais em instituições de ensino, ou congêneres, visando à disseminação de conhecimentos acerca das formas de reduzir os fatores de vulnerabilidade relacionados ao abuso sexual infantojuvenil, bem como fortalecer os fatores de proteção.

O normativo ainda reforça que o público-alvo das palestras e ações socioeducativas a serem desenvolvidas inclui crianças e adolescentes, familiares e responsáveis, educadores e outros atores do sistema de proteção. Em relação a estes últimos, cabe destacar que, além dos módulos já apresentados neste trabalho, foi desenvolvido outro para Conselheiros Tutelares, em razão de serem agentes fundamentais na promoção e proteção de direitos da criança e do adolescente. Trata-se de um módulo adaptado a partir daquele feito para educadores, diferenciando-se no que se refere às competências do órgão, atribuições dos Conselheiros Tutelares e ações necessárias a serem tomadas diante de casos envolvendo violências sexuais. A Figura 37 exemplifica parte deste módulo.

Figura 37 - Slide retirado do módulo destinado a Conselheiros Tutelares, no qual são apresentadas algumas atribuições desses profissionais



O QUE EU SOU? Órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de **zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.**

O QUE POSSO FAZER?

- Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, etc.
- Encaminhar às autoridades as notícias de crimes;
- Representar por medidas protetivas de urgência;

Dentre outras atribuições, bem como:

- **Atender à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência.**

Logos: Safer net (left) and Polícia Federal (right).

Fonte: Programa Guardiões da Infância, Polícia Federal e Safernet, 2024

Serão apresentados, na sequência, os resultados do programa, desde o momento em que foi criado. Todas as informações citadas neste capítulo foram cedidas pela CCASI (pedido de acesso à informação protocolado no processo SEI nº 08353.000581/2024-77).

Em 2024 foram realizados dois eventos formativos para capacitar policiais. Em ambos, o pesquisador deste estudo atuou como professor. Em decorrência das formações, 60 Policiais Federais encontram-se aptos a promover o programa. O curso de capacitação também conta com a presença de psicólogos que atuam na rede de proteção, policiais civis com vasta experiência de trabalho em delegacias especializadas de proteção à criança e ao adolescente, bem como outros convidados que possuem atuação profissional de relevância na área temática. Logo, a formação não se atém a tão somente ensinar como promover os módulos do programa, mas perpassa por diversos temas, como o desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes, a aplicação de protocolos cientificamente validados de escuta especializada e depoimento especial (conforme a Lei nº 13.431/ 2017), a estruturação de um fluxo de atendimento entre as instituições que compõem a rede de proteção,

dentre outros. Para o ano de 2025, estão previstos outros dois cursos de capacitação, e acredita-se que continuarão a ser realizados, em mais edições, nos anos seguintes.

Os policiais capacitados estão lotados em unidades localizadas em todos os estados do Brasil, bem como no Distrito Federal. Logo, foram promovidas formações para diferentes públicos, de diferentes culturas e níveis socioeconômicos. Assim, espera-se realizar futuras pesquisas nas quais serão utilizados dados coletados nas mais diversas regiões do país, para fins de enriquecer as evidências demonstradas neste estudo.

Ao longo de 2024 foram promovidas 135 capacitações: 89 para crianças e adolescentes, 18 para familiares, 16 para professores e 12 para outros públicos (agentes da rede de proteção). Em relação à quantidade total de público atendido, foram 4.222 alunos, 817 familiares, 616 professores e 311 agentes da rede de proteção (incluindo conselheiros tutelares, gestores, auxiliares educacionais, psicólogos, assistentes sociais, dentre outros). Em relação à natureza das instituições onde aconteceram as formações para alunos, 44% eram escolas da rede privada de ensino, ao passo que 56%, da rede pública. A maioria dos alunos cursava o 8º, 9º ou primeiro ano do ensino médio.

Por sua vez, em 13% das capacitações realizadas, houve alguma notícia de crime reportada por algum participante após a formação, sendo que em 05 casos ocorreu uma revelação espontânea por parte da própria vítima, razão pela qual os policiais, durante a formação, são orientados sobre como se deve agir em tais situações, consoante os ditames da Lei nº 13.431/ 2017 e protocolos vigentes. Além disso, são tomadas as medidas de polícia judiciária cabíveis para a devida apuração dos fatos, bem como há o acionamento dos órgãos de proteção para que sejam providenciadas as medidas assistenciais necessárias.

Ainda sobre esse tópico, a fim de facilitar a revelação espontânea por parte das vítimas, foi implementado um tipo de abordagem em que se utilizou um cão como recurso facilitador na interação com os alunos. Nesse contexto, as crianças e adolescentes demonstraram alto engajamento com o animal, participando ativamente das atividades propostas. Ao final da formação, foi informado que, caso desejassem, os participantes poderiam compartilhar mensagens ou relatos com o animal, sob o pretexto de que ele era um "bom amigo" e estaria disposto a ajudar. Como resultado, algumas cartas foram escritas e depositadas em uma "caixa de correios". Posteriormente, os policiais, de forma sigilosa, procederam com a leitura dos

documentos, momento em que se constatou alguns relatos envolvendo episódios de violência. A Fotografia 1 retrata um desses eventos.

Fotografia 1 - O cão “Bello” em uma das formações do Guardiões da Infância para alunos de uma escola privada no interior do Paraná



Fonte: Programa Guardiões da Infância, Polícia Federal, 2024

A estratégia baseou-se na Terapia Assistida por Animais, a qual demonstra que a presença de animais pode facilitar a comunicação e a expressão emocional de crianças e adolescentes (Mandrá *et al.*, 2019; Pereira, 2017). Todavia, há que se mencionar que a iniciativa ainda não é realizada em todas as formações, visto que, para adotá-la de forma padronizada, é necessária a presença tanto de um animal domesticado para a função, quanto de um tutor, o que não é realidade da maioria das delegacias (no caso da Fotografia 1, utilizou-se o cão “Bello”, do Tribunal de Justiça do Paraná). De todo modo, considerando os resultados obtidos, espera-se que sejam dispensados recursos para implementá-la em todas as formações para crianças e adolescentes.

Por fim, destaca-se que é objetivo da CCASI expandir o curso de formação para outros órgãos policiais (Polícia Civil, Militar, etc.), a fim de que o programa possua cada vez mais multiplicadores e, assim, possa atingir mais pessoas, o que, por sua vez, irá contribuir com a prevenção às diversas formas de violência sexual praticadas contra crianças e adolescentes nos ambientes virtuais.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo desenvolver, implementar e avaliar um programa da Polícia Federal de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes que ocorre, principalmente, em ambientes virtuais.

Para desenvolvê-lo, primeiramente, fez-se uma revisão da literatura que permitiu compreender as causas e consequências desse tipo de violência, enfatizando o impacto das tecnologias e das interações digitais nesse contexto, principalmente em práticas criminosas predominantes, como o *grooming* e a disseminação de materiais de abuso sexual. No capítulo também foi abordada a legislação pertinente, nacional e internacional, e a sua relação com políticas e estratégias de proteção infantojuvenil, além dos desafios e variáveis que lhes são intrínsecas. Também foram tratados aspectos relacionados à competência de atuação da Polícia Federal, demonstrando como o órgão tem empreendido esforços para reprimir crimes dessa natureza.

Avançando-se aos aspectos metodológicos, a partir de uma revisão integrativa da literatura e da análise de casos práticos, criou-se o Programa Guardiões da Infância, que consistiu em uma metodologia adaptada dos programas “Segurança e Cidadania Digital em sala de aula” e “Educando para boas escolhas *on-line*”, da ONG Safernet, iniciativas fundamentadas nas pesquisas de Livingstone *et al.*, (2015) e no Programa de Aceso Digital do Reino Unido.

Neste estudo, buscou-se demonstrar como foi a promoção do programa em uma instituição de ensino privada, para alunos de 11 a 13 anos, bem como para seus pais e professores. Durante a aplicação para os alunos, foram tratados temas relacionados a redes sociais, bem-estar e saúde mental; noções de cibersegurança e privacidade na *internet*; empatia nas redes; combate à desinformação; e relacionamentos seguros *on-line*. Por sua vez, os familiares foram conscientizados em torno do problema investigado, bem como orientados a adotarem uma postura ativa diante dos filhos, tendo por pilares o diálogo, o monitoramento, a definição de limites e uma relação de confiança. Já os professores foram capacitados a identificar, acolher e não se omitir diante de situações envolvendo violência sexual, seja ela *on-line* ou não.

No capítulo referente aos resultados obtidos, inicialmente foi demonstrado como se deu a proposta metodológica de cada módulo, buscando-se alinhar a prática às evidências da literatura. Posteriormente, passou-se a avaliar as percepções do

público-alvo, visando a identificar o quão efetiva foi a promoção do programa. Para alunos, utilizou-se um questionário semiestruturado para a coleta de dados, que ocorreu em dois momentos: antes e depois da formação proposta. As respostas, formatadas em uma escala *likert*, foram analisadas por meio da estatística Qui-quadrado. Por seu turno, os familiares e professores foram submetidos a entrevistas, e suas respostas foram processadas por meio da Análise de Conteúdo.

Para alunos, pôde-se concluir que a amostra submetida ao programa apresentou resultados que demonstraram uma melhora de competências vinculadas ao uso seguro, responsável, ético e positivo da *internet*. Destacaram-se condutas relacionadas a saber:

- a) verificar se uma informação encontrada na rede está correta;
- b) reagir a discursos de ódio na *internet* de forma responsável;
- c) denunciar um conteúdo ofensivo praticado contra crianças ou adolescentes;
- d) procurar canais de ajuda diante de situações envolvendo violências *on-line*;
- e) agir corretamente se fossem postados conteúdos ofensivos de forma pública na *internet*;
- f) agir diante de ameaças *on-line*;
- g) agir diante de um uso não autorizado de informações pessoais na *internet*, principalmente para o cometimento de atos ilícitos;
- h) agir diante da divulgação não autorizada de conteúdos íntimos.

Além disso, após a formação, a amostra apresentou evidências de que o tempo em contato com telas foi reduzido.

Por sua vez, no que se refere aos familiares, trouxeram relatos que vão ao encontro de pontos desenvolvidos ao longo da formação, bem como apresentaram percepções positivas referentes à experiência vivenciada. Diante dos questionamentos, a maioria dos participantes afirmou que:

- a) a tecnologia não impede que estejam presentes com os filhos;
- b) se esforça para ser um bom exemplo no que se refere ao uso da *internet*;
- c) conversa com os filhos sobre os riscos e perigos que existem na rede;
- d) os filhos nunca relataram experiências negativas vivenciadas na *internet*;
- e) limita o tempo de uso de dispositivos tecnológicos, a fim de serem priorizadas outras atividades, como estudos, esportes, lazer e sono;
- f) seus filhos passam mais tempo em atividades nas quais não há a presença de telas;

- g) o uso da *internet* é feito de forma monitorada;
- h) o Instagram é a rede social mais utilizada pelos filhos;
- i) os filhos utilizam a *internet* principalmente para consumir jogos *on-line* e assistir a vídeos;
- j) a redução do tempo de uso seria uma mudança capaz de trazer mais equilíbrio para a família.

Já os professores consideraram que a formação proposta pelo programa foi eficaz em melhorar a compreensão e a capacidade de lidar com casos de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes. Além disso, com base nos relatos, constatou-se que:

- a) a falta de definição de limites ou aceitação destes, quando impostos, é o principal desafio que os estudantes enfrentam ao lidar com a *internet*;
- b) grande parte dos alunos têm pouca ou nenhuma percepção sobre os perigos que existem na rede;
- c) a promoção de eventos formativos é o modo pelo qual a escola pode, principalmente, desempenhar um papel ativo na promoção de uma educação digital;
- d) escutar e acolher é a forma correta de se agir quando do recebimento de um relato de violência por parte de um aluno;
- e) uma conversa e escuta ativa, bem como a criação de um ambiente seguro e livre de julgamentos são as estratégias mais eficazes para abordar um aluno em potencial situação de violência;
- f) o encaminhamento ao superior imediato e aos órgãos competentes é necessário para assegurar os direitos e a proteção de um aluno vítima de algum crime.

A partir das percepções do público-alvo, foi possível desenvolver novos produtos e metodologias responsáveis por agregar melhorias ao programa, a exemplo de uma cartilha informacional e de um caderno de atividades didáticas.

Viu-se que, desde que foi criado e implementado, o programa já foi realizado em diversas instituições de ensino em todo o país, sendo que mais de 6 mil pessoas foram atendidas só em 2024, dentre alunos, professores, pais e agentes da rede de proteção. Percebeu-se que, ao longo das formações, foram recebidos, do público-alvo capacitado, relatos espontâneos de alguma violência sofrida, o que demonstra outra face do programa que vai além da prevenção: a capacidade de interromper situações

de violência que podem estar sendo praticadas há anos. Isso porque, a partir do relato da vítima, os policiais tomarão as medidas necessárias para apurar os fatos, bem como acionarão a rede de proteção para fins de lhe assegurar os direitos e medidas assistenciais.

Em relação às limitações deste estudo, estão relacionadas, principalmente, à amostra selecionada, visto que a pesquisa foi realizada em uma escola particular, em que as famílias geralmente possuem melhores condições financeiras e educacionais, o que pode favorecer positivamente as questões intrínsecas ao monitoramento e orientação sobre o uso de eletrônicos. Além disso, tais famílias também podem proporcionar aos filhos um ambiente mais favorável ao desenvolvimento, oferecendo atividades ligadas a esporte, língua estrangeira e aulas de música, por exemplo, bem como promovendo aspectos de proteção relacionados ao uso de telas. Logo, uma aplicação do programa (e coleta de dados) em uma escola pública pode mostrar uma realidade adversa e bem mais preocupante. Trata-se, portanto, de uma sugestão para estudos posteriores.

Logo, espera-se a realização de pesquisas futuras que ampliem os achados deste estudo, principalmente abarcando amostras mais significativas e plurais (visto que a aplicação se dá em todas as regiões do país), bem como utilizando-se de métodos longitudinais, a fim de verificar, a médio e longo prazo, quais as consequências de aplicação do programa Guardiões da Infância.

Em conclusão, constata-se que o presente trabalho versou sobre um problema de extrema sensibilidade. A violência sexual contra crianças e adolescentes, principalmente aquela praticada em ambientes *on-line*, embora tenha recebido crescente atenção nos últimos anos, ainda demanda ações mais robustas e integradas para enfrentar as constantes ameaças impostas pela evolução tecnológica e pela expansão do uso da *internet* por esse público de forma cada vez mais precoce. Os dados apresentados evidenciaram tanto a magnitude da vitimização sexual infantojuvenil quanto os riscos crescentes associados à exposição *on-line*.

Nesse contexto, é imperativo que sejam adotadas medidas efetivas de prevenção e combate a esses crimes não só pela Polícia Federal, mas por todas as instituições que têm o dever de zelar pelo princípio da proteção integral consagrado no artigo 227 da Constituição Federal. É necessário, portanto, que haja um esforço conjunto no desenvolvimento de mais iniciativas semelhantes à que foi apresentada,

a exemplo de plataformas digitais e aplicativos que ofereçam outros recursos, como jogos educativos.

De igual maneira, devem ser alocados investimentos para o desenvolvimento cada vez mais aprimorado de novas tecnologias que identifiquem e removam conteúdos de abuso sexual infantojuvenil compartilhados na *internet*. Na mesma linha, propõe-se a criação de redes de colaboração entre escolas, famílias, órgãos públicos e organizações da sociedade civil, para o enfrentamento integrado desse problema.

Defende-se também a necessidade da formação continuada de professores, pais e profissionais da área da infância e adolescência, para que estejam preparados para lidar com os desafios contemporâneos do mundo digital, visto que a formação proposta pelo Guardiões da Infância é incapaz de abordar todas as dinâmicas e peculiaridades que existem nesses ambientes. Em concordância, a criação de políticas públicas que incentivem a educação digital nas escolas e que promovam o uso seguro, ético e responsável da *internet* é imprescindível.

Por sua vez, incentiva-se a criação de leis mais rigorosas para punir os crimes abordados ao longo deste estudo, bem como se mostram necessários mecanismos mais efetivos de proteção às vítimas e reparação pelos danos sofridos.

Destaca-se, por fim, a importância da constante adaptação e atualização do programa Guardiões da Infância, visando a estar sempre alinhado às novas tecnologias e às novas formas, meios, recursos e condutas relacionadas aos crimes cibernéticos.

À vista de todo o exposto, percebe-se que iniciativas como a que foi apresentada ao longo deste trabalho não apenas fortalecem a atuação dos órgãos de segurança pública, mas também mobilizam a sociedade para assumir um papel ativo na proteção dos mais vulneráveis. Assim, conclui-se que é possível construir um ambiente digital mais seguro, ético e humanizado. Espera-se que este programa inspire a responsabilidade coletiva e fomenta uma cultura de respeito e proteção à infância e adolescência, garantindo-lhes um futuro livre da violência, no qual possam desenvolver-se plenamente e com dignidade, pois o futuro de nossas crianças e adolescentes depende do compromisso que assumimos hoje para defendê-los e acolhê-los, inclusive no universo digital.

REFERÊNCIAS

- ADED, N. L. O.; DALCIN, B. L. G. S.; MORAES, T. M.; CAVALCANTI, M. T.. Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. **Arch. Clin. Psychiatry**, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 204–213, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpc/a/GBYS36LCbDpX5VGtFyBDyCf/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2023.
- AGULHAS, R.; FIGUEIREDO N., ALEXANDRE; J., CIFUENTES, P. **Vamos prevenir! As aventuras do Búzio e da Coral**. Lisboa: Edições Sílabo: 2017.
- AMIN, A. R.; SANTOS A. M. S. dos; MORAES, B. M.; *et al.*. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos**. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://www.editoradodireito.com.br/curso-de-direito-da-crianca-e-do-adolescente-14-edicao/p>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- ARAÚJO, V. C. C. C.; CAMARGO JÚNIOR, W. F. de. ANÁLISE SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS GENITORES QUANTO A EXPOSIÇÃO DAS CRIANÇAS NA ERA DIGITAL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S.L.], v. 9, n. 10, p. 3737-3753, 20 nov. 2023. <http://dx.doi.org/10.51891/rease.v9i10.12167>.
- ATCHOARENA, D.; SELWYN, N.; CHAKROUN, B.; FENGCHUN, M.; WEST, M.; COLIGNY, C. de. **Working group on education: digital skills for life and work**. [Paris]: UNESCO, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259013>. Acesso em: 6 set. 2023.
- BAKER, C. K.; NAAI, R.; MITCHELL, J.; TRECKER, C. Utilizing a train-the-trainer model for sexual violence prevention: findings from a pilot study with high school students of Asian and Pacific Islander descent in Hawai'i. **Asian. Am. J. Psychol.**, Washington, DC, v. 5, n. 2, p. 106–115, 2014. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2014-25103-004>. Acesso em: 4 fev. 2024.
- BALTIERI, D. A.. **Drugs, Sex and Crime – Empirical Contributions**. New York: Bentham Science Publishers, 2009. Disponível em: <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/75860>. Acesso em: 4 fev. 2024.
- BANDOLIN, P. C.. **Banco de dados integrado e comunicação eficiente como meios de integração policial na investigação de pornografia infantil na internet**. Orientador: Stenio Santos Souza. 2019. 31 f. Monografia (Especialização) -- Curso de Curso de Especialização em Ciências Policiais, Banco de Dados Integrado e Comunicação Eficiente Como Meios de Integração Policial na Investigação de Pornografia Infantil na Internet, Brasília, MG, 2019.
- BANFIELD, M.; MCGORM, K.; SARGENT, G. Health promotion in schools: a multi-method evaluation of an Australian School Youth Health Nurse Program. **BMC Nurs.**, London, v. 22, n. 14, 2015, [11] p. Disponível em: <https://bmcnurs.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12912-015-0071-0>. Acesso em: 4 fev. 2024.